

**EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Reestruturação curricular deve impactar formação dos egressos, qualidade da educação e condições de trabalho dos docentes

4

**ENSINO MÉDIO**

A polêmica elaboração da Base Nacional Comum Curricular e a exclusão dos maiores interessados nesse processo

10

**LEGISLAÇÃO**

Os parâmetros trabalhistas e as especificidades que regem as relações contratuais no ensino privado

28

**MERCOSUL / UNIÃO EUROPEIA**

Uma análise sobre os impactos e consequências do acordo de livre comércio, as dinâmicas políticas internas e o contexto internacional envolvidos, a forma como foi apresentado à sociedade e as reais possibilidades de sua implementação

16

# REVISTA **textual**

OUTUBRO 2019 | Vol. 1 | Nº 27

ISSN 1677-9126

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL • SINPRO/RS

## A Amazônia não queima por acaso

A explosão de dados sobre queimadas e o colapso da gestão ambiental implantada por um governo que nega a crise e aposta no modelo ultrapassado e desastroso de ocupação da floresta | 37



## Textual / Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul.

v. 1, n. 27 (outubro/2019). – Porto Alegre: Sinpro/RS, 2019.

v.: 22x26 cm

Semestral

ISSN 1677-9126

11. Educação-periódicos 2. Ensino privado-periódicos I.

Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul

CDU: 37(05)

Bibliotecária responsável: Melissa Martins CRB10/1380

Indexada ao CIBEC/INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

**SINPRO/RS**  
*Sindicato Cidadão*

**Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul**

**Fundado em maio de 1938**, o Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS – foi o primeiro sindicato de professores do Estado. Pioneiro em adotar o conceito Sindicato Cidadão, no início dos anos 90 passou a atuar sob o trinômio Luta, Serviço e Cidadania. No mesmo período, adotou o Sistema de Direção Colegiada. O Sinpro/RS representa mais de 30 mil professores do ensino privado gaúcho, atuantes em 2 mil instituições de ensino.

Entre as principais conquistas, estão: piso salarial, adicional por tempo de serviço, adicional por aprimoramento acadêmico, pagamento de horas extras, plano de saúde e estabilidade do aposentando – cláusulas normatizadas anualmente pela Convenção Coletiva de Trabalho. Além de apoiar diversas iniciativas culturais, o Sinpro/RS também se destaca pela publicação do jornal Extra Classe (35 prêmios de jornalismo); pelo portal [www.sinprors.org.br](http://www.sinprors.org.br); pelo Prêmio Educação RS; pelo Núcleo de Planos de Carreira (NPC); pelo Núcleo de Apoio ao Professor Contra a Violência (NAP); e pela Revista Textual.

**Direção Colegiada Estadual** | Cecília Maria Martins Farias, Amarildo Pedro Cenci, Erlon Veronez Schuler, Marcos Júlio Fuhr, Flávio Miguel Henn, Cássio Filipe Galvão Bessa, Margot Johanna Capela Andras, Sani Belfer Cardon, Angelo Estevão Prando, Ivo Lamar de Souza Mota, Celso Floriano Stefanoski, Glória Celeste Pires Bittencourt, Suzana de Paula Rosa – **CONSELHO FISCAL** | **Titulares:** Rodrigo Sanchotene Silva, Jairo Luis Cândido, Volney de Oliveira Tavares – **Suplentes:** Valquíria Nunes de Oliveira, Rejani Maria Friedrich, Maria Aurora Silva Vianna da Silva – **REGIONAL BAGÉ** | Cármen Regina Schmidt Barbosa, Leandro Figueiredo Feijó, Denise

Oliveira da Costa – **REGIONAL BENTO GONÇALVES** | Cristina Elisa Gehlen Zorzanello, Marta Bertani, Ivânia de Brito Costanzi – **REGIONAL ERECHIM** | Lenison Maroso, Maria Salete de Moura Torres – **REGIONAL LAJEADO** | Justina Inês Faccini Lied, Cristiane Feltraco Navarro, Douglas Barbosa Schlabitz – **REGIONAL PASSO FUNDO** | Claudia Freires da Silva, Lisene Maroso, Paulo Edgar Renz da Silva, Jean Mauro Menuzzi – **REGIONAL PELOTAS** | Luiz Otávio Pinhatti, Cristiane Marryam de Matos Quiumento, Marcos Kammer – **REGIONAL RIO GRANDE** | Marlene José Machado, Denise Cruz Freitas – **REGIONAL SANTA**

**CRUZ DO SUL** | João Batista Gomes, Elizani Kaizer, Ieda de Camargo, Betina Durante – **REGIONAL SANTA MARIA** | Maria Lúcia Coelho Corrêa, Paulo Renato dos Santos Ferrony, Rosângela Montagner – **REGIONAL SANTA ROSA** | Naima Marmitt Wadi, Carla Simone Sperling – **REGIONAL SANTO ÂNGELO** | Cirilo José Dalla Costa, Sandra Balbé de Freitas, Isadora Wayhs Cadore Virgolin – **REGIONAL SÃO LEOPOLDO** | Enécio da Silva, Otávio Afonso Forneck, Rodrigo Perla Martins, Luiz Afonso Montini, José Eduardo Marques da Silva – **REGIONAL URUGUAIANA** | Maria Lúcia Iserhard Schlittler, Sandra Cristina Vargas dos Santos Pereira

## expediente

A **Revista Textual** é uma publicação do Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS. Avenida João Pessoa, 919 – Porto Alegre / RS – CEP 90.040-000. Fones: (51) 4009.2900 – (51) 4009.2980. [www.sinprors.org.br/textual](http://www.sinprors.org.br/textual) – [textual@sinprors.org.br](mailto:textual@sinprors.org.br). **Impressão** | **ANS Tiragem** | 3 mil exemplares. **Coordenação Geral** | Valéria Ochoa | [valeria.ochoa@sinprors.org.br](mailto:valeria.ochoa@sinprors.org.br). **Edição Executiva** | Gilson Camargo | [gilson.camargo@sinprors.org.br](mailto:gilson.camargo@sinprors.org.br). **Conselho Editorial** | Cármen Barbosa, Erlon Veronez Schuler, Flávio Miguel Henn, Ieda de Camargo, Gilson Camargo, Isadora Cadore Virgolin, Jairo Luiz Cândido, Marcos Fuhr e Rodrigo Perla Martins. **Revisão** | Press Revisão. **Fotografia** | Igor Sperotto e arquivo de imagens do Sinpro/RS. **Capa** | Rogério Assis – Greenpeace. **Projeto Gráfico, Edição Gráfica e Editoração** | Rogério Nolasco Souza.

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.



facebook.com/SinproRS



twitter.com/SinproRS



youtube.com/SinproRS

Av. João Pessoa, 919 – Porto Alegre, RS  
(51) 4009.2900 – 4009.2980  
www.sinprors.org.br/textual  
textual@sinprors.org.br

O imediatismo da bancada ruralista  
e de outros grupos conservadores  
se alimenta da mentira do cotidiano:  
a floresta que atrapalha o progresso

# sumário editorial



## capa

As queimadas na Amazônia  
e o alerta do colapso do  
modelo de ocupação e de  
gestão ambiental 37

## ensaio

Algumas reflexões sobre  
o acordo UE/Mercosul 16

## artigos | dinâmica do meio educacional

Reformas curriculares  
no ensino superior 4

Base Nacional Comum Curricular:  
entre tensões e contradições 10

## artigos | o professor e o mundo da escola

Se explicar o bicho pega,  
se não explicar o bicho come 22

Parâmetros trabalhistas da  
relação contratual docente 28

A necessária representação  
sindical e seu custeio 33

## Amazônia, Mercosul, reformas e retrocessos na educação

A questão da destruição da Amazônia ficou flagrante, mais do que nunca, a partir da explosão de dados sobre queimadas e do colapso da gestão ambiental implantada por um governo que não quer admitir o problema e acredita no modelo desastroso do século passado no que se refere à ocupação da Amazônia. O governo brasileiro, incentivador da desconstrução da pasta de Meio Ambiente, por meio de um ministro que já foi condenado por improbidade administrativa e responde quase totalmente à pauta ruralista, virou alvo de críticas internas e externas e ações na justiça para demonstrar que preza o meio ambiente e se dedicará a enfrentar o problema da Amazônia e o caos na área ambiental brasileira. Essa é a síntese do ensaio de capa desta edição.

A assinatura do acordo UE/Mercosul para além do debate econômico sobre seus impactos e consequências é o texto que completa a editoria. Trata-se de um olhar sobre as dinâmicas políticas internas relacionadas com a sua assinatura e sobre o contexto internacional no qual o acordo está inserido.

A ampla e profunda reestruturação curricular que está sendo implementada também na educação superior terá impactos na formação dos egressos, na qualidade da educação e nas condições de trabalho dos docentes. No ensino médio, a polêmica Base Nacional Comum Curricular merece questionamentos aos atores da sua elaboração em virtude da exclusão dos maiores interessados no processo, os estudantes, as famílias, os técnicos na área de educação e as representações dos professores. Esses são os artigos da editoria *Dinâmica do Meio Educacional*.

Na editoria *O Professor e o Mundo da Escola*, o primeiro artigo discorre sobre a necessária representação sindical dos professores do ensino privado e a importância do custeio dessa representação face à ofensiva que se desencadeou sobre a estrutura e o movimento sindical na atualidade. Também merece destaque a análise da legislação que estabelece os parâmetros trabalhistas e as especificidades que regem as relações contratuais dos professores do ensino privado. E ainda um olhar sobre as tentativas de cerceamento do trabalho docente e da interdição do debate em sala de aula em artigo que aborda os diversos aspectos da liberdade de ensinar. O texto suscita a reflexão: "Não há conteúdo escolar que esteja imune às disputas teóricas e necessariamente políticas do contexto atual".

Gabriel Grabowski<sup>1</sup>

Professor pesquisador da  
Universidade Feevale e do Centro  
Universitário Metodista – IPA.

## Reformas curriculares no ensino superior

É verdade que existe, no espaço universitário, uma retórica de “inovação”, de “mudança”, de “professor reflexivo”, de “investigação-acção”, etc.; mas a Universidade é uma instituição conservadora, e acaba sempre por reproduzir dicotomias como teoria/prática, conhecimento/acção, etc. A ligação da Universidade ao terreno (curiosa metáfora!) leva a que os investigadores fiquem a saber o que os professores sabem, e não conduz a que os professores fiquem a saber melhor aquilo que já sabem

*António Nóvoa*

Não somente na educação básica, através da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estão sendo processadas mudanças curriculares. Na educação superior, está em andamento uma ampla e profunda reestruturação dos currículos que merece acompanhamento e análise em sua totalidade. Os impactos far-se-ão sentir na formação dos egressos, na qualidade da educação, na carreira e nas condições de trabalho dos docentes.

Na verdade, estas mudanças curriculares remontam à década de 1990, que se iniciaram das Diretrizes Curriculares dos Cursos Superiores de Graduação – seja nos bacharelados, licenciaturas ou tecnólogos –, agora acentuadas e agravadas pela crise que atinge as instituições superiores de ensino, em decorrência da alteração nos rumos da política e da gestão do governo federal.





Em recente reportagem no jornal *Extra Classe*, da jornalista Flavia Bemfica (2019), evidenciou-se que as Instituições Comunitárias de Ensino Superior (Ices), reconhecidas pelo zelo com a qualidade do ensino, pesquisa e extensão, buscam alternativas para se manterem competitivas e implementam programas que abrangem reformulações curriculares, troca nas metodologias das aulas, apostam em cursos a distância e uso de tecnologias, terceirização da produção de conteúdos e mudanças nas atividades dos docentes.

A redução de matrículas no ensino superior, as demissões de professores e pesquisadores em escala elevada, a redução de horas e projetos em pesquisa, o cessamento da oferta de cursos não lucrativos, a reestruturação e otimização de currículos e a opção pela modalidade do ensino a distância (ensino híbrido, digital, on-line) configuraram o cenário educacional nestes últimos anos. A causa para todas essas tentativas é estrutural e

Foto: FreePik.com

conjuntural: crise econômica, desemprego, redução da renda e revogação das políticas públicas e de programas de financiamento estudantil.

No estado do Rio Grande do Sul, onde essas Ices atuam há mais de 50 anos, existem mais de duas milhões de pessoas com ensino médio completo que não estão matriculadas na educação superior. Considerando apenas a população entre 18 e 24 anos, há em torno de 350 mil pessoas com ensino médio completo que não ingressaram em uma graduação e, dessas, 130 mil pessoas se encontram na Região Metropolitana de Porto Alegre. Portanto, demanda não é o problema, mas a falta de condições de renda ou porque estes jovens precisam trabalhar.

A grande expansão da educação superior que ocorreu no Brasil entre 1995 e 2015 se deu graças à expansão da oferta pública estatal (aumento de 50%) e duplicação da oferta privada mediante financiamento estudantil público, principalmente através de programas como o Fies e o ProUni. Porém, foi somente na década entre 2005 e 2015 que, efetivamente, ocorreu uma redução das desigualdades no acesso ao ensino superior, mediante programas e políticas de Estado, conforme evidencia estudo desenvolvido pelo Centro Brasileiro de Pesquisas em Democracia (CBPD-PUCRS). Ou seja, foi o Estado que viabilizou a expansão e a democratização do acesso, em um curto e recente período, pois desde 2016 voltamos a retroceder.

Recente estudo desenvolvido por pesquisadores do CBPD-PUCRS teve como objetivo verificar se nas últimas duas décadas (1995-2015), em decorrência desse processo de expansão e, também, da ação de políticas públicas, podia-se identificar uma redução das desigualdades de acesso ao ensino superior no Brasil.

Segundo André Salata, pesquisador responsável (PUCRS), as principais conclusões do estudo permitem afirmar que: a) a origem social dos jovens ainda exerce forte efeito sobre as chances de ingresso no ensino superior no Brasil, a despeito da expansão desse nível educacional; b) a principal barreira de acesso ao ensino superior se encontra na conclusão dos níveis precedentes de ensino; c) assim como já verificado em diversos outros países, a expansão do ensino superior não leva, necessariamente, à democratização da barreira de acesso ao mesmo; tomando como referência o período 1995-2015, foi somente nos últimos dez anos que a expansão foi acompanhada da democratização do acesso; d) houve uma acentuada redução do efeito



de classe sobre a chance de alcançar o ensino superior, que parece estar mais atrelada à democratização do acesso aos níveis anteriores de ensino do que ao ensino superior em si mesmo e, e) à redução das desigualdades de acesso, se contrapõe uma possível elevação das desigualdades horizontais dentro do próprio ensino superior. (Ver estudo completo: revista *Tempo Social* – USP (v. 30, n. 2 e pode ser encontrado no seguinte endereço: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/125482>).

### Interesses subjacentes às mudanças curriculares

As reformas curriculares são globais e devem ser concebidas no contexto econômico neoliberal a partir da década de 1970. Já em 1988, com *A Declaração da Sorbonne*, se sublinhou o papel fundamental das universidades no desenvolvimento das dimensões culturais europeias e, na sequência, com a criação do espaço europeu do ensino superior, através do Tratado de Bolonha (1990), se comprometeu a promover o sistema europeu do ensino superior em todo o mundo, o qual abrangia desde a promoção da cooperação europeia na avaliação da qualidade, com vistas a desenvolver critérios e metodologias comparáveis; o desenvolvimento curricular, à cooperação interinstitucional, aos esquemas da mobilidade e aos programas integrados de estudo, de formação e de investigação.

Em nível internacional, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que opera como “uma espécie de ministro da Educação do mundo”, alinhando, tanto para o governo como para o setor empresarial, as políticas de avaliação – por meio do Pisa – e referencia quais países estão cumprindo orientações de áreas como educação e economia, sinalizando territórios mais atrativos para investimentos privados. No Brasil, as Fundações, Institutos e Consultorias Educacionais (Fundação Lemann, Instituto Ayrtton Senna, Instituto Natura, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Instituto Unibanco, Fundação Itaú Social, Fundação Roberto Marinho, Fundação SM e Itaú BBA) pressionam MEC, CNE, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed) e lideram a submissão da educação aos interesses econômicos e ao mercado.

Nesse contexto, uma avalanche de consultorias educacionais reforça as concepções empresariais do gerencialismo na

## As reformas curriculares são globais e devem ser concebidas no contexto econômico neoliberal a partir da década de 1970

educação com o “novo”, “moderno”, “eficiente”, “eficaz”, e “responsável”, em detrimento da experiência e formação dos profissionais das próprias instituições acadêmicas. Programas de “empreendedorismo” e “inovação” já são a tônica nas escolas de educação básica e superior. Os currículos são revisitados, revistos e reformulados para atender a esse novo modelo de gestão e reestruturação curricular.

### Otimização curricular e redução de custos

As mudanças curriculares são processos contínuos e resultado de vários fatores que podem significar atualização, aperfeiçoamento, aprofundamento ou mesmo uma estratégia de otimização e redução de custos em contextos de crise, seja social, econômica ou financeira. Como diz CASTEL (1998, p. 475), sem pretender propor um panorama exaustivo da sociedade salarial, deve-se marcar o lugar de um último bloco que será chamado de periférico e residual. A relativa integração da maioria dos trabalhadores, traduzida, dentre outros, pelo salário mensal, cava uma distância em relação a uma força de trabalho que, em vista desse fato, é marginalizada: trata-se das ocupações instáveis, sazonais, intermitentes.

Muitas transformações em curso partem da atualização da matriz curricular para descentralizar a sala de aula, incentivando o suposto protagonismo estudantil e a formação prática (saber fazer), sobretudo por meio de ferramentas tecnológicas que possibilitam o ensino a distância. As regulações exaradas pelo MEC e pelo CNE permitem 20% da carga horária com



Foto: Igor Sperotto / SinproRS

atividades acadêmicas não presenciais (disciplinas EAD) e outros 20%, para atividades complementares e estágios. Se bem desenvolvida, essa dinâmica pode agradar ao estudante trabalhador e desonerar os cursos, pois diminui custos operacionais e propicia fôlego financeiro para a IES.

Nesta perspectiva, algumas outras estratégias estão sendo adotadas, tais como: livre arbítrio do aluno para assistir a aulas que não fazem parte do seu programa em outras unidades; compartilhamento de disciplinas sem a necessidade de salas específicas nem professor para cada curso, além de outras disciplinas por meio de plataformas *online*. Para tanto, a matriz curricular é dinamizada e adequada a cada área, produzindo uma redução substancial na estrutura institucional e na carga horária docente.

O ensino híbrido é outro modelo de educação que vem sendo praticado e mescla dois modos de aprendizagem: *online*, onde o estudante estuda sozinho, controlando seu tempo, modo, ritmo e local, e *offline*, estudo na universidade, em grupos, equipes, com o professor ou colegas, valorizando a interação e

o aprendizado coletivo e colaborativo. Mesmo sendo dois momentos diferentes, o *online* e o *offline* (presencial), o objetivo é que sejam complementares e promovam uma educação mais eficiente, interessante e personalizada. Para tanto, adota-se a rotação de laboratórios, rotação personalizada (individual) de percursos curriculares e salas invertidas nesta nova ordem curricular.

#### Impactos para além dos currículos

Os impactos se darão em várias áreas e dimensões, entre as quais destacaremos: na redução de carga horária discente e docente; na relação pedagógica professor-estudante que passa a ser mediada por tecnologias, e na qualidade dos egressos formados.

O primeiro e imediato impacto é na carga horária dos cursos de graduação, redefinida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, em que o mínimo tornou-se o máximo, onde a maioria dos cursos está sendo estruturada em três anos, sendo possível cursar em tempo menor ainda nos cursos superiores de tecnologia. Os estudantes fazem parte da carga horária por conta própria, e os professores reduzem substancialmente sua carga horária, atendendo a mais estudantes por turma e no global. Ou seja, menor carga horária, redução de custos e aumento de trabalho real docente, inclusive trabalho docente *online*.

A legislação educacional e trabalhista, seguidamente alteradas, tem acentuado dois processos: a *flexibilização* e a *intensificação do trabalho docente*. A flexibilização do trabalho é a ampliação das atividades laborais desenvolvidas pelos professores, e a intensificação do trabalho é a expansão quantitativa do número de aulas, turmas, alunos, turnos de trabalho e escolas em que os docentes lecionam. Para OLIVEIRA (2004), o que ocorreu nos últimos anos foi a ampliação das competências inerentes ao trabalho do docente, exigindo que o professor seja um profissional polivalente ou *multitarefeiro*.

O trabalho docente não é definido mais apenas como atividade em sala de aula; ele agora compreende a gestão da escola no que se refere à dedicação dos professores ao planejamento, à elaboração de projetos, à discussão coletiva do currículo e da avaliação. O trabalho docente amplia o seu âmbito de compreensão, e, conseqüentemente, as análises a seu respeito tendem a se complexificar.



## artigo

Reformas curriculares  
no ensino superior

As reformas curriculares, seja tanto no ensino superior como na educação básica, adotam a noção das Competências, Habilidades e Atitudes (CHA), enquanto referência conceitual para a elaboração dos currículos, garantindo a confluência entre as demandas do mercado e o perfil do egresso a ser formado. A título de exemplo, as “competências socioemocionais”, que o processo educativo deve desenvolver com os estudantes, foram pensadas na perspectiva da “resiliência”, que, na definição da OCDE, provém de “um ambiente socioeconômico desfavorável e alcançam altos desempenhos, do ponto de vista dos padrões internacionais”.

Porém, a educação superior, enquanto processo de formação humana e integral, de profissionais e cidadãos, efetivada por um processo social dialógico entre professor intelectual educador e o sujeito estudante, está sendo estruturada por uma mediação tecnológica unívoca e passiva (estudante-tecnologia). Esse novo processo já configura novas subjetividades juvenis e novas formas de aprendizagem e convivência em uma sociedade moderna que “está desabilitando as pessoas na condução da vida cotidiana. Dispomos de muito mais máquinas do que nossos antepassados, mas de menos ideias sobre a melhor maneira de usá-las; temos mais canais entre as pessoas, graças às modernas formas de comunicação, mas menor compreensão sobre como nos comunicar bem. A destreza prática é uma ferramenta, e não uma salvação, mas à sua falta as questões de Significado e Valor não passam de abstrações”.

Tanto a filósofa NUSSBAUM (2015) – da Universidade de Chicago –, como ORDINE (2016) – Universidade da Calábria – destacam a importância da preparação profissional nos objetivos das escolas e das universidades. Mas a função da educação não pode ser reduzida à formação profissional de médicos, engenheiros, advogados, tecnólogos e demais profissionais imprescindíveis para o desenvolvimento das nações. Contudo, ambos alertam que privilegiar exclusivamente a profissionalização dos estudantes significa perder de vista uma dimensão universal da função formativa da educação: nenhuma profissão poderia ser exercida de modo consciente se as competências técnicas que ela exige não estivessem subordinadas a uma formação cultural mais ampla, capaz de encorajar os estudantes a cultivar autonomamente seu espírito e a possibilitar que expressem livremente suas curiosidades e criatividade.

Por fim, haverá impacto, também, sobre a qualidade na

formação do egresso que se restringirá a competências e habilidades individuais, um saber-fazer sem reflexão, um voluntarismo inovador, um empreendedor individual em um mundo estruturalmente desigual e em uma economia capitalista financeira que inviabiliza todo projeto de futuro dos jovens estudantes. Formá-los significa capacitá-los para ler e entender o mundo que estão inseridos, legar o conhecimento das gerações passadas e capacitá-los para anteciparem tendências futuras. Isso implica oportunizar aos estudantes o acesso ao sólido conhecimento humano, científico, tecnológico, cultural e filosófico, sem limites de tempo e cargas horárias.

O argumento de que os currículos são genéricos e possuem excesso de disciplinas esconde o que querem tirar do currículo – as ciências humanas: filosofia, sociologia, ética, literatura, artes, etc. É o medíocre e fetichista argumento de que, hoje, o estudante é digital e não suporta uma universidade conteudista, mascarando o que realmente degrada os jovens: instituições





# Os alunos do "Movimento Ocupa Escolas" não pediram mais aparelhos digitais. Eles pediram condições dignas para estudar

Foto: FreePik.com



sem espaços de interação, sem laboratórios, sem auditórios de arte e cultura, sem espaços de esporte e lazer e com professores esfacelados em seus tempos trabalhando em duas ou três universidades para comporem um salário que não lhes permite ter satisfeitas as suas necessidades básicas. Um professorado que, de forma crescente, adocece. Os alunos do “Movimento Ocupa Escolas” não pediram mais aparelhos digitais, estes eles têm nos seus cotidianos. Pediram justamente condições dignas para estudar e sentir-se bem no espaço escolar.

Dar tratamento aos professores com dignidade e respeito é cuidar da efetivação de seus direitos, é fornecer meios de um exercício profissional em conformidade com o princípio da dignidade humana. Além de intensificar o adoecimento do corpo docente brasileiro, a qualidade do ensino, também, tornou-se precária, sendo inafastável o empobrecimento cultural da nação brasileira.

## Nota

1. Gabriel Grabowski. Doutorado em Educação, Mestrado em Educação, Especialização e Violência Escolar, MBA de Gestão Universitária, Graduação Filosofia. Professor pesquisador da Universidade Feevale e do Centro Universitário Metodista – IPA.

## Referências

BEMFICA, Flávia. **EaD cresce na educação superior privada**. Jornal Extra Classe: Porto Alegre, Ano 24, nº 236, agosto de 2019.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

SENNET, Richard. **Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação**. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2013.

NUSSBAUM, Martha. **Sem fins lucrativos. Por que a democracia precisa das humanidades**. Tradução Fernando Santos. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

PADILHA, Norma Sueli. **Relação de Trabalho entre o Professor e a Instituição de Ensino: recordando os direitos especiais do professor**. Disponível em: Acesso em 06 dez. 2012.

ORDINE, Nuccio. **A utilidade do inútil: um manifesto**. Tradução Luiz Carlos Bombassaro. – 1ª edição, - Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **A Reestruturação do Trabalho Docente: precarização e flexibilização**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22614>. Acesso em: 10 mar. 2018.

Naima Marmit Wadi<sup>1</sup>

Professora da rede pública estadual  
Membro do Conselho Estadual de  
Educação Rio Grande do Sul – CEEEd/RS.

Sani Belfer Cardon<sup>2</sup>

Professor da PUCRS  
Membro do Conselho Estadual de  
Educação do Rio Grande do Sul – CEEEd/RS.

# Base Nacional Comum Curricular: entre tensões e contradições

Foto: Iger Sperotto / SimproRS



Aprovada no final do ano passado, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino médio completou o conjunto de documentos que irão subsidiar o currículo da educação básica brasileira. A BNCC da educação infantil e do ensino fundamental foi aprovada no final de 2017.

Prevista na Constituição Federal nos artigos 205 e 210, a BNCC foi explicitada sob a forma de normas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em seu artigo 9º, IV, e configura-se como estratégias 2.1 e 2.2 da Meta 2 e estratégias 3.2 e 3.3 da Meta 3, previstas no Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

O processo de elaboração da Base, que envolveu muitos questionamentos e tensionamentos, passou por uma série de modificações e resultou em três versões até chegar ao documento final.

É de se questionar os atores da elaboração desses documentos sobre a exclusão dos maiores interessados no processo, como os estudantes, as famílias, os técnicos na área de educação e as representações dos professores

A primeira versão, resultado do documento elaborado por 120 profissionais da educação, entre eles professores da educação básica e da educação superior de diferentes áreas do conhecimento convidados pelo MEC, contou com consulta pública entre outubro de 2015 e março de 2016. Segundo dados do MEC, houve mais de 12 milhões de contribuições ao texto, com a participação de cerca de 300 mil pessoas e instituições. Contou, também, com pareceres de especialistas brasileiros e estrangeiros, associações científicas e membros da comunidade acadê-

mica. As contribuições foram sistematizadas por profissionais da Universidade de Brasília (UnB) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e subsidiaram o MEC na elaboração da “segunda versão”.

A segunda versão, publicada em maio de 2016, contou com um processo de debate, seminários realizados pelas Secretarias Estaduais de Educação em todas as unidades da federação, sob a coordenação do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Essas entidades elaboraram um relatório com as contribuições advindas dos seminários e o encaminharam para o Comitê Gestor do MEC, que foi o responsável pelas definições e diretrizes que orientaram a revisão da “segunda versão”, a qual deu origem à “terceira versão”, encaminhada ao Conselho Nacional de Educação (CNE), em abril de 2017, focalizando a educação infantil e o ensino fundamental, sem a devida argumentação sobre o não atendimento legal ao excluir, dessa versão, o ensino médio.

Com o texto da terceira versão, o CNE promoveu audiências públicas regionais em Manaus/AM, Recife/PE, Florianópolis/SC, São Paulo/SP e Brasília/DF. As considerações e contribuições foram compiladas pelo CNE e encaminhadas ao MEC.

No final do ano de 2017, a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que “institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da educação básica”, foi aprovada pelo CNE, com três votos contrários e homologada pelo ministro da Educação.

#### Referencial Curricular

Após a aprovação da BNCC do ensino fundamental e da educação infantil, a responsabilidade de estados e municípios exararem normas complementares para seus sistemas de ensino, com base nas normas definidas pela União, orientou no Rio Grande do Sul a construção do Referencial Curricular Gaúcho.

Conforme informações da Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, o documento, que contou com a contribuição de “mais de 120 mil pessoas e a realização de diversas mobilizações ao longo de 2018, elaborado em regime de colaboração entre a Secretaria Estadual da Educação, a Undime e o Sindicato do

# Essa exclusão favorece as mantenedoras na consolidação de suas ideias de forma diretiva, resguardando seus interesses

Ensino Privado no Rio Grande do Sul (Sinepe/RS), será o norteador dos currículos das escolas gaúchas a partir de 2019”. As definições do documento seguem as diretrizes da BNCC e devem ser implementadas na educação infantil e no ensino fundamental.

O Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (CEEEd), como órgão normatizador do Sistema Estadual de Ensino, elaborou a Resolução nº 345, aprovada pelo Colegiado, no dia 12 de dezembro de 2018, e publicada no Diário Oficial do Estado, em 18 de dezembro de 2018, que “Institui e orienta a implementação do Referencial Curricular Gaúcho – RCG, elaborado em Regime de Colaboração, a ser respeitado obrigatoriamente ao longo das etapas, e respectivas modalidades, da educação infantil e do ensino fundamental, que embasa o currículo das unidades escolares, no território estadual”. Também em dezembro de 2018, o RCG foi homologado pelo CEEEd e pela União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME).

É de se destacar e questionar os atores da elaboração final desses documentos sobre a exclusão dos maiores interessados no processo, como os estudantes, as famílias, os técnicos na área de educação e as representações dos professores. Essa exclusão representa uma fratura que ficou exposta a partir dos interesses das mantenedoras, sejam elas públicas ou privadas, na consolidação de suas ideias de forma diretiva, resguardando seus interesses.

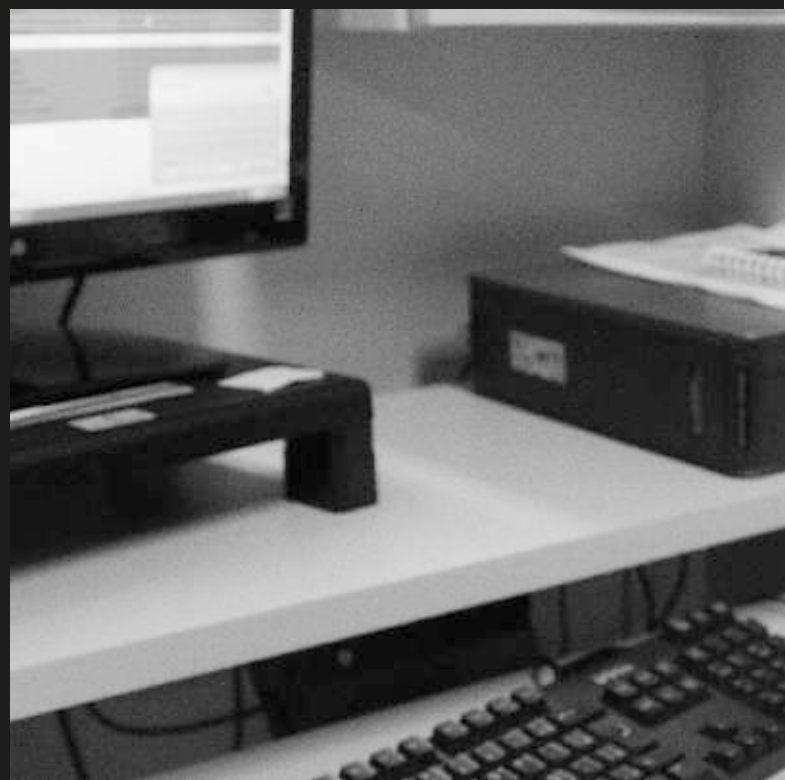
## A BNCC da educação infantil e do ensino fundamental

As críticas advindas de setores da educação e da sociedade como um todo ao texto final da BNCC dizem respeito tanto à forma quanto ao conteúdo. Desde as primeiras iniciativas e encaminhamentos e em todo o processo, o qual resultou em três

versões até a final, percebeu-se uma “metodologia de construção linear, vertical e centralizadora”, segundo afirma Márcia Angela da S. Aguiar, professora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e ex-conselheira do CNE, ao “não considerar de fato a participação dos sujeitos e sem um marco de referência que represente as concepções, utopias, os sonhos, os princípios educacionais desejados e definidos coletivamente”. A tramitação apressada do documento final negligenciou o aprofundamento do diálogo com aqueles que vivem a educação, sejam professores, estudantes, comunidade educativa, assim como não permitiu esgotar as controvérsias e alargar os consensos.

Outro aspecto bem questionado e que gerou dissenso entre o texto aprovado no fim de 2017 e o entendimento de educadores, comunidade escolar e acadêmica foi a exclusão do ensino médio, que se configurou como descumprimento da lei, além da fragmentação da educação básica. As ausências do trato com as especificidades da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e da educação do campo também são fragilidades da BNCC apontadas por especialistas na área.

A questão da autonomia para a elaboração dos currículos, conforme indica a LDBEN (Brasil, 1996), também é contestada





por educadores, pois consta no texto aprovado que a BNCC é um documento-referência, uma orientação para as instituições, não se trata de currículo, mas, ao mesmo tempo, o MEC criou, em 2018, o Programa de Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC) com o objetivo de apoiar estados e municípios na elaboração de seus currículos de acordo com a Base. Dessa forma, nas palavras de Barbosa, Silveira e Soares (2019), “o que era para ser uma referência, passou a ser uma prescrição curricular – tendente à homogeneização de conteúdos e organização (...)”.

No que tange à questão da autonomia, cabe destacar, ainda, as críticas feitas a esse aspecto no que diz respeito aos professores, que, além de terem sido substituídos por grupos de especialistas, também passam a ser monitorados em seu fazer pedagógico, pois, de acordo com Barbosa, Silveira e Soares

*a Base pressupõe uma visão de controle da formação e do trabalho dos professores e gestores, em que há uma visão de monitoramento das suas práticas pedagógicas; os seus fundamentos estão pautados em um viés pragmático, individual, segregador, distantes de uma visão pedagógica e política ampliadas. (2019, p.84)*

Foto: Igor Sperotto / Sinpro/RS



A própria noção de competência demonstra o caráter instrumental que está presente na proposta, pois campos de experiência e objetivos de aprendizagem rigorosamente descritos são uma prescrição do que a criança e o adolescente devem aprender e um controle do que o professor deve ensinar. Neste sentido, percebe-se o perigo de que o professor, em seu trabalho, distancie-se da crítica e da enorme possibilidade que tem em criar, inventar e reinventar.

A instituição de uma BNCC é uma questão com base na lei, necessária a um país grande e desigual como é o Brasil, para que todos cidadãos tenham garantidos os conhecimentos indispensáveis para a vida social e cidadã, considerados assim por um consenso nacional. Porém, uma base comum não garante que a formação de nossas crianças, jovens e adolescentes seja constituída nas dimensões humana, social, política e cultural. Em tempos de aumento do trabalho infantil e da violência, retirada de direitos e bens sociais, é preciso ampliar os espaços de participação democrática, reconhecer estudantes, famílias, professores e gestores como interlocutores e protagonistas.

### A BNCC do ensino médio

A BNCC do ensino médio, aprovada no mês de dezembro de 2018, encerra um conjunto de proposições que foram apresentadas à sociedade como “propostas para mudança” na educação básica brasileira. Primeiro, veio a reforma do ensino médio, que surgiu por meio de Medida Provisória, em 2016, e depois foi transformada em lei, em 2017; depois, as novas Diretrizes Curriculares, aprovadas pelo CNE, no final de 2018, e, então, a BNCC, que, segundo o MEC, deverá chegar às escolas até 2021. Agora, é o momento de os estados trabalharem para sua implementação.

Apartada das outras etapas da educação básica, a BNCC do ensino médio, assim como a da educação infantil e do ensino fundamental, vem carregada de críticas quanto à metodologia adotada e também ao que propõe, bem como a anterior. A forma aligeirada como foi aprovada, sem o devido aprofundamento das discussões, desconsiderando a sociedade brasileira, as entidades educacionais e científicas, reflete o nível de distanciamento entre o que se propõe e o que, de fato, a sociedade espera e necessita.

A Base do ensino médio está organizada em quatro áreas de conhecimento – Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – e trabalha os componentes curriculares por meio de habilidades e competências.

Os itinerários formativos, conforme o documento Novo Ensino Médio do MEC, podem ser organizados por área de conhecimento e formação técnica profissional ou mobilizar competências e habilidades de diferentes áreas ou da formação técnica e profissional. Ainda, segundo o MEC, as redes terão autonomia para definir itinerários oferecidos, considerando suas particularidades.

As críticas apontadas por educadores e entidades comprometidas com a educação dizem respeito à obrigatoriedade apenas das disciplinas de Português e Matemática, flexibilizando todas as outras e enfraquecendo o conjunto de disciplinas tão necessárias para a construção do conhecimento científico. Também, aos cinco itinerários formativos que não explicitam, de fato, a que se propõem, além de que, considerando o grande número de municípios brasileiros com apenas uma escola de ensino médio, se torna praticamente inviável a opção por esse ou aquele itinerário.

Educação não se faz sem investimento. A BNCC e a reforma do ensino médio estão sofrendo os contingenciamentos deste governo e do anterior

Foto: Igor Sperotto / Sinpro-RS



### Formação profissional

Há ainda os problemas, a precariedade da escola pública, com suas recorrentes faltas de professores e de infraestrutura necessária; o itinerário de formação técnica e profissional, na contramão da educação profissional, que aponta para uma separação entre os que podem optar e aqueles que estão destinados à formação profissional; a possibilidade de educação a distância, com 20% para o ensino médio diurno, 30% para o noturno e 80% para a EJA. Sobre essa questão, o professor Carlos Jamil Cury questiona: “Vão retirar os estudantes da escola no momento em que há necessidade de desenvolver processos de convivência e socialização? Quem é que tem internet em casa? (...) Propor EaD no ensino médio é uma irresponsabilidade.” (2019, p.19)

A Secretaria de Educação do Estado do RS divulgou um cronograma para implementação do “Novo Ensino Médio” e informa que, em 2019, já foram feitas ações de flexibilização nas 300 escolas integrantes do projeto-piloto; em junho, foi realizado período de escuta, em que alunos, professores, familiares e comunidade apontaram questões sobre a flexibilização do ensino médio no projeto-piloto; e, em setembro/outubro, o processo de escuta ocorrerá nas demais escolas da rede estadual de ensino. Em 2020, a reforma do ensino médio será implementada nas 300 escolas que fazem parte do projeto-piloto no Rio Grande do Sul, e as demais escolas da rede começam o período de ações de flexibilização, realizando ensaios das



mudanças. No ano de 2021, a reforma do ensino médio será implementada em toda a rede estadual de ensino. Pela lei, as mudanças também se iniciam nas demais escolas públicas e na rede privada.

### Considerações finais

Após o arrazoado sobre a construção da BNCC, temos que fazer uma reflexão sobre o processo de criação, de estudos e de aplicação da Base para todo o Sistema de Ensino Nacional.

Em relação à criação, é preciso recordar que o processo começou em um governo eleito democraticamente pelo povo, através de eleições diretas, que sofreu um duro golpe e que, a partir de uma nova perspectiva, substituiu uma política de Estado por uma política de governo oportunista que não tinha a sustentação popular. Com essa postura, toda a equipe que trabalhava no documento foi extinta, bem como as contribuições da população, das entidades e dos grupos ligados à educação, através de um portal específico para este fim.

Já sobre os estudos, propostos pelos dias “D”, observamos que as escolas estão muito mal orientadas, recebendo as informações com pouca antecedência para poderem se organizar, sendo que a sugestão passaria por um dia de estudos entre os professores sem a participação da comunidade, realidade que, em algumas regiões, não se configura, principalmente nas escolas da rede privada de ensino que têm calendário próprio.

E, por fim, a implementação conjunta da reforma do ensino médio, com estudos-piloto já iniciados em escolas públicas no Rio Grande do Sul, com a da própria BNCC, acaba provocando confusões. Essas experiências já apresentam fragilidades por falta de investimento e possibilidades de dar conta das necessidades dos alunos e do corpo docente.

Educação não se faz sem investimento. A BNCC e a reforma do ensino médio estão sofrendo os contingenciamentos deste governo e do anterior. O que se assiste é a promoção de uma política defendida por setores retrógrados, pautados pelo interesse de desestabilizar, especialmente o ensino público, em uma clara predisposição de permissão da apropriação da educação brasileira por instituições mercantilistas.

### Notas

1. Mestre em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijui). Diretora do Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (Sinpro/RS).
2. Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Doutorando em Educação pela PUCRS. Diretor do Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (Sinpro/RS).

### Referências

- AGUIAR, Márcia Angela da S. Relato da resistência à instituição da BNCC pelo Conselho Nacional de Educação mediante pedido de vista e declarações de votos. In: AGUIAR, Márcia Angela da S. e DOURADO, Luiz Fernandes (Orgs.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. Livro Eletrônico – Recife: ANPAE, 2018. Disponível em [www.anpae.org.br](http://www.anpae.org.br). Acesso em 10/08/2019.
- BARBOSA, Ivone Garcia; SILVEIRA, Telma Aparecida Teles Martins; SOARES Marcos Antônio. **A BNCC da Educação Infantil e suas contradições: regulação versus autonomia**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v.13, n.25, p.77-90, jan./mai.2019. Disponível em [www.esforce.org.br](http://www.esforce.org.br). Acesso em 09/08/2019.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em 27/08/2019.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em 27/08/2019.
- BRASIL. **Ministério da Educação. BNCC**. Disponível em [www.baseducacionalcomum.mec.gov.br](http://www.baseducacionalcomum.mec.gov.br). Acesso em 27/08/2019.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **O ensino médio sempre foi a pedra de toque da desigualdade social expressa na desigualdade educacional**. Revista Poli, Ano XI, nº62, jan./fev. 2019.
- RIO GRANDE DO SUL. **Secretaria da Educação do RS. Novo Ensino Médio**. Disponível em [www.educacao.rs.gov.br](http://www.educacao.rs.gov.br). Acesso em 26/08/2019.
- RIO GRANDE DO SUL. **Secretaria da Educação do RS. Referencial Curricular Gaúcho**. Disponível em [www.educacao.rs.gov.br](http://www.educacao.rs.gov.br). Acesso em 26/08/2019.
- RIO GRANDE DO SUL. **Conselho Estadual de Educação do RS. Resolução CEE/RS nº 345**. Disponível em [www.ceed.rs.gov.br](http://www.ceed.rs.gov.br). Acesso em 26/08/2019.



# ensaio

**Tarson Núñez<sup>1</sup>**

Pesquisador do Departamento de Economia  
e Estatística da Secretaria do Planejamento  
do Rio Grande do Sul.

O acordo, cuja negociação já  
durava quase 20 anos, foi  
formulado em um contexto  
mundial que hoje parece estar  
a anos-luz de distância

## Algumas reflexões sobre o acordo UE/Mercosul

**Palavras-chave:** Mercosul, Economia, Comércio Internacional, Geopolítica, Relações Internacionais, Mídia, Mercosul, Brasil, Argentina, União Europeia.

### Resumo

O artigo analisa a assinatura do acordo UE/Mercosul para além do debate econômico sobre seus impactos e consequências. Um olhar sobre as dinâmicas políticas internas relacionadas com a sua assinatura e sobre o contexto internacional no qual o acordo está inserido permite uma compreensão mais abrangente do processo. Como os acordos foram apresentados para a sociedade? Quais são as reais possibilidades de sua implementação? São perguntas em torno das quais se busca produzir uma reflexão crítica.

O recém-assinado acordo União Europeia/Mercosul tem sido muito debatido desde sua assinatura em junho deste ano. Muito já foi dito sobre seu conteúdo, seu significado e suas consequências para o futuro de nosso país. São identificados vencedores e perdedores; o governo brasileiro e as forças políticas que o apoiam comemoram um sucesso diplomático, os analistas da mídia desfilam seu rosário de lugares-comuns. Mas, de fato, a discussão pública sobre um tema tão importante tende, como de hábito, a ter pouca profundidade. Por isso considero importante abordar este debate a partir de um

ponto de vista distinto, buscando ir um pouco além das aparências e tentando inserir os acontecimentos em um quadro mais amplo e contextualizado.

Não se pode analisar o acordo unicamente a partir dos seus termos formais. É claro que o seu conteúdo, as cláusulas que o compõem, os prazos estabelecidos, os mecanismos de salvaguarda são elementos importantes no sentido de apontar as consequências do acordo. Em relação a isso, vários economistas e cientistas sociais importantes já se pronunciaram com análises relevantes. Nomes como o ex-ministro



Bresser Pereira<sup>2</sup>, os economistas Luiz Gonzaga Belluzo e Márcio Pochman<sup>3</sup>, todos apresentaram visões muito críticas em relação às possíveis consequências deste acordo.

Mas os processos políticos subjacentes, as dinâmicas que ocorrem nos bastidores das disputas de poder relacionadas com o acordo também vão ter impactos relevantes sobre nosso futuro. O que podemos apreender da forma como o acordo UE/Mercosul foi assinado? Como ele foi apresentado ao público pela mídia? Como e por quem ele foi discutido? Quem se fortalece? Quais serão os próximos passos? O que há por trás das aparências superficiais? Este é um primeiro desafio para o qual arriscarei algumas reflexões.

Por outro lado, também é difícil compreender os desdobramentos futuros possíveis sem situar este momento em um contexto mais amplo das disputas geopolíticas e das dinâmicas econômicas globais em curso. O acordo, cuja negociação já durava quase 20 anos, foi formulado em um contexto mundial que hoje parece estar a anos-luz de distância. As condições que geraram o desenho institucional proposto no acordo UE/Mercosul são totalmente distintas das que o mundo vive hoje. E isso tem uma influência decisiva no sentido de avaliar suas condições de sucesso.

### Um debate superficial

Começando pelo primeiro tema: as repercussões políticas internas do acordo, e seu impactos social e econômico. E neste campo, creio que a reflexão mais importante seja sobre o papel da mídia corporativa na formação da opinião pública em nosso país. Em um contexto no qual a política é demonizada, as instituições em geral têm um nível

baixo de credibilidade, a cultura política da maioria da população é rudimentar, os meios de comunicação de massa têm um papel fundamental na formação da percepção dos cidadãos sobre os acontecimentos. No entanto, especialmente no caso do acordo UE/Mercosul, as informações e o debate foram absolutamente superficiais e com um forte viés ideológico.

Do ponto de vista interno, o acordo foi apontado como “uma vitória diplomática do governo Bolsonaro”. O presidente comemorou, declarando através das redes sociais: “Histórico! Nossa equipe, liderada pelo Embaixador Ernesto Araújo, acaba de fechar o Acordo Mercosul-UE, que vinha sendo negociado sem sucesso desde 1999. Esse será um dos acordos comerciais mais importantes de todos os tempos e trará benefícios enormes para nossa economia.” As emissoras oficiais e a mídia comercial imediatamente se dedicaram a apresentar estimativas econômicas auspiciosas: “o acordo representará um incremento do Produto Interno Bruto brasileiro (PIB) de US \$ 87,5 bilhões em 15 anos”.<sup>4</sup>

Era um momento em que o presidente já começava a sofrer um processo de desgaste, que se consolida nas pesquisas mais recentes em que fica evidente que a maioria da população repudia seu governo e sua forma de governar. Pois neste momento, no qual os desvarios do ministro das Relações Exteriores e as manifestações destrambelhadas do próprio presidente sobre questões internacionais já começavam a entrar na categoria do folclore e da desmoralização total, a assinatura de um acordo de livre-comércio se constituiu em um alento. Uma assinatura realizada nos marcos de uma negociação de muitos anos, que estava gerando uma parceria com um bloco econômico dos mais

Foto: Marcelo Camargo / Agência Brasil



relevantes, era um feito que contribuía para evitar que a imagem do governo Bolsonaro como um desastre diplomático se consolidasse.

O tom geral da cobertura da mídia oficial foi de ufanismo. A assinatura parecia demonstrar que, por trás da retórica tosca do governo no campo das relações internacionais, poderia haver algum conteúdo. Pouco se refletiu sobre o fato de que, até poucas semanas antes, o governo brasileiro tratava o Mercosul com completo desdém. Tanto Bolsonaro como Paulo Guedes, ministro da Economia, mais de uma vez, manifestaram hostilidade com relação ao bloco comercial. Apenas algumas vozes isoladas ousaram lembrar que, de fato, a única estratégia de política exterior deste governo é a de alinhamento subserviente ao presidente Trump e sua “America First”. Afinal, o que se tratava era de mostrar que o “novo alinhamento internacional do Brasil, sem viés ideológico”, estava apresentando resultados.

A empatia automática da mídia corporativa com tudo que se relacione com o “livre mercado”, com as lógicas privatistas e neoliberais fez com que as análises do acordo minimizassem os impactos negativos e enfatizassem os seus benefícios. O acesso aos mercados da UE para os produtos do agronegócio, as possibilidades abertas para alguns setores industriais, como os de móveis e calçados, foram destacadas. E quanto aos eventuais setores prejudicados, o argumento era de que estes poderiam ser beneficiários de mecanismos de salvaguarda existentes no âmbito dos acordos.

### Termos de troca desiguais

Pouca atenção foi dada ao fato de que os termos de troca são muito desiguais, que a assimetria entre as economias do Mercosul e da UE não estabelece uma condição de competição em termos de igualdade. Os produtos do Mercosul que poderão acessar os mercados europeus tendem a ser produtos primários, de baixo valor agregado. Mesmo os produtos industriais que seriam competitivos são de baixa intensidade tecnológica. Em contrapartida, os manufaturados europeus, de alta intensidade tecnológica e valor agregado, tendem a ser mais um duro impacto para a indústria brasileira, que já vive um momento muito ruim.

Pouco se falou também da abertura no setor de serviços, nas compras públicas e muito menos das legislações referentes à propriedade intelectual embutidas no acordo. O campo aberto para os grandes grupos europeus no mercado brasileiro tende a ampliar a desnacionalização de nossa economia e a fragilização do que resta de nossa indústria, aprofundando a regressão econômica de nosso país à sua antiga condição colonial, de exportador de produtos primários. Afinal, “o Agro é Pop” é o novo mantra da mídia corporativa.

Uma das lições indiretas que se pode tirar, a partir da análise um pouco mais detida do processo de assinatura do acordo UE/Mercosul, é a de que o debate público no Brasil sobre qualquer tema fica muito prejudicado pela inexistência de pluralidade nos meios de comunicação. Com raras e honrosas exceções na figura de alguns colonistas e comentaristas isolados, o conjunto da mídia em nosso país tende a abordar qualquer debate de uma maneira superfi-

cial e com profundo viés ideológico. Isso não ajuda na construção de uma opinião pública crítica e informada.

### Olhando o quadro mais amplo

Um segundo elemento importante a ser analisado, que também passou relativamente batido no debate público, é o contexto mais amplo nos marcos nos quais o acordo foi assinado. A superficialidade do debate, mais uma vez, dificulta as possibilidades de compreender a dinâmica e as possibilidades de desdobramento futuro do acordo UE/Mercosul. Para compreender de forma mais efetiva as implicações e possibilidades do acordo, é importante considerar que as suas origens estão ainda na virada do milênio, um momento em que as relações internacionais estavam em um contexto totalmente diferente do que estamos vivendo hoje.

Antes da grande crise econômica de 2008, resultante da desregulamentação financeira e da enorme concentração de riqueza especulativa, o mundo estava muito diferente. É nesse contexto em que foi formulado e começou a ser negociado o acordo UE/Mercosul. Um período em que as relações internacionais se direcionavam para o multilateralismo, a tendência era a de abertura econômica e de adaptação das economias nacionais a uma dinâmica de livre-comércio. Um mundo que tendia a assumir uma dinâmica multipolar, em que se esperava que os vários blocos econômicos esperavam competir na economia global de maneira pacífica e colaborativa.

No início do século 21, a União Europeia era um modelo de constituição de um bloco que buscava ir além do livre-comércio, aprofundando a integração em termos políticos, institucionais e territoriais. Mais do que um espaço econômico comum, a Europa parecia unificar e harmonizar um modelo democrático, plural e aberto. Os Estados Unidos, mesmo sob os governos republicanos do início do século, também operavam na lógica da liberalização do comércio. Seguiam na busca da constituição de um bloco econômico, primeiro com o Nafta (envolvendo Canadá e México) e, depois, com a proposta mais ambiciosa de constituição de uma área de livre-comércio em todo o continente americano, a Alca. Os distintos blocos buscavam se posicionar de forma favorável neste cenário, mas estas disputas ocorriam no âmbito de um consenso em torno da abertura econômica e da ampliação do comércio mundial.

De outro lado, a China se integrava na Organização Mundial do Comércio (OMC), sendo finalmente reconhecida como uma economia de mercado e ampliando, exponencialmente e de maneira muito rápida, sua capacidade produtiva e inserção internacional. Os grandes países emergentes também começavam a constituir seu próprio bloco, os BRICs, onde Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul se articulavam para ocupar um espaço, neste mundo de grandes blocos econômicos em um mercado internacional em expansão. O Brasil se tornava um interlocutor relevante na cena internacional, ocupando um espaço de protagonismo que nunca tivera em toda a sua história.

Era nos marcos deste cenário que o acordo UE/Mercosul foi formulado e começou a ser negociado. Não era, no entanto, um mundo



Foto: Marcelo Camargo / Agência Brasil

cor de rosa e sem conflitos comerciais. Ainda que sob um discurso de abertura e liberalização comercial, os interesses econômicos internos de cada país se faziam ouvir. Os setores que percebiam os impactos negativos da abertura comercial em cada país se mobilizavam e resistiam aos termos do acordo. Não por outro motivo as negociações se estenderam por tanto tempo.

De qualquer modo, o essencial é que o acordo fazia algum tipo de sentido neste contexto, de um mundo onde o multilateralismo, a abertura econômica e a democracia liberal predominavam. O Mercosul como um bloco, ainda que menor do que os demais, dispunha de um poder de barganha relevante. Éramos um mercado consumidor significativo, que no momento vivia uma dinâmica de expansão econômica e crescente protagonismo internacional, por isso não era necessário aceitar qualquer imposição. Este poder de barganha permitiu aos nossos países resistir a uma abertura rápida e forçada, que seria a lógica se cada um dos países atuasse de maneira solitária no cenário internacional. E neste contexto, ainda que houvesse uma vontade política de avançar na integração com a UE, havia uma sensibilidade para com os setores que seriam prejudicados e uma real preocupação com a garantia de mais soberania e autonomia do bloco no contexto internacional.

Todo este cenário se altera de forma muito radical a partir da crise global de 2008. Após a crise, tudo ficou diferente. A expansão contínua do comércio internacional nas últimas décadas se estancou, com o volume das transações caindo de maneira constante. O mercado mundial voltava a se tornar mais competitivo. A "recuperação" da economia mundial pós-2008 revela um cenário totalmente distinto daquele onde os termos do acordo UE/Mercosul foram formulados. O impacto da crise levou a um ressurgimento de discursos nacionalis-

tas, ampliando a resistência às políticas de abertura comercial. Por toda a Europa, forças populistas de direita buscam crescer baseadas na crítica ao "globalismo", às políticas de austeridade da UE, à suposta ameaça dos imigrantes e refugiados. Governos de extrema-direita se estabeleceram na Hungria e na Polônia, forças políticas como a Liga Norte, na Itália, Frente Nacional, na França, e AfD na Alemanha, se tornam protagonistas do jogo político, fortalecendo abordagens nacionalistas e hostis às políticas de abertura comercial.

### Política agressiva de Trump

Nos Estados Unidos, a eleição de Trump também marca uma virada neste sentido. Seu lema "America First" e sua política extremamente agressiva no plano internacional representam uma ruptura com o desenho de uma ordem internacional baseada na construção de consensos. Trump rompe com o Acordo do Clima de Paris, com o Acordo Nuclear com o Irã, com o Acordo de Limitação de Mísseis Balísticos, adotando uma política de tensionamento no plano internacional. E, para além dessas rupturas de acordos de tom mais político, o governo norte-americano passa também a adotar uma política agressiva em termos comerciais. A recente guerra de tarifas aberta com a China é a expressão máxima desta nova abordagem, levando a um tensionamento entre as duas maiores economias do mundo.

Neste contexto de crescimento das disputas comerciais e das tensões nacionalistas, a assinatura do acordo UE/Mercosul representou um movimento defensivo da Europa, voltado para consolidar uma posição em um ambiente de aumento das disputas por mercados. Garantir, através do acordo, uma posição favorável no comércio com o mais importante bloco da América do Sul foi uma conquista importante para as economias europeias, as quais viam com preocupação o



alinhamento subserviente dos presidentes dos dois principais países do Mercosul (Macri e Bolsonaro) em relação aos Estados Unidos. Portanto, se, por um lado, a assinatura do acordo representa a conclusão de um longo processo de negociação (1999/2004 e 2010/2019), sua assinatura neste momento resulta muito mais do que simplesmente a conclusão de uma negociação bilateral bem-sucedida, mas representou um reposicionamento estratégico da UE em um contexto de acirramento das disputas comerciais.

Já Brasil e Argentina, os dois países que se constituem no eixo central do Mercosul, tinham nas suas presidências dois governantes fragilizados. No primeiro caso, do Brasil, temos um governo que não consegue sequer ter uma política internacional estruturada. A ideologia fundamentalista, a ignorância e o alinhamento com os Estados Unidos são as únicas características da orientação internacional de Bolsonaro. A assinatura do acordo, como já mencionei antes, não decorreu, portanto, de um conceito estratégico, mas sim da busca desesperada por alguma agenda positiva. Para Macri, não é muito diferente. O fracasso de seu governo de orientação neoliberal, que naufraga na estagnação econômica, no endividamento externo e na inflação, precisava ser neutralizado com alguma conquista no plano internacional.

### Perspectivas

Todo este quadro indica que os resultados do acordo, portanto, não serão os que foram apresentados com tanta euforia pela mídia corporativa e pelo governo. Um conjunto de variáveis presentes no contexto aponta, pelo contrário, para uma situação de instabilidade e de crise. Muitos especialistas indicam cenários de gestação de uma nova crise semelhante à de 2008. Neste sentido, é importante analisar de forma objetiva o contexto no qual os próximos passos serão dados. E, para isso, é fundamental ter uma visão mais realista do posicionamento do Brasil no cenário internacional.

Na primeira década do século 21, nosso país conquistou uma posição de destaque no cenário internacional. A diplomacia “altiva e ativa” do Itamaraty nos anos de Lula ganhou o respeito do mundo. A construção dos BRICs, as iniciativas no âmbito das relações Sul-Sul, o engajamento nas políticas ambientais globais, a postura de defesa do interesse nacional combinadas com uma visão de construção conjunta de uma ordem internacional mais justa tornaram o Brasil um ator respeitado no cenário externo. Nosso país, pela primeira vez na história, ganhou um efetivo protagonismo em âmbito global.

A partir de 2019, no entanto, sob o governo de Bolsonaro, esta situação se altera de maneira significativa. Na sua busca de “eliminar o viés ideológico”, o novo governo deu uma guinada de 180 graus na sua ação na esfera das relações internacionais. O multilateralismo, a busca de um mundo mais democrático e multipolar, foi substituído pelo alinhamento automático aos Estados Unidos. Mais do que isso, o governo brasileiro adotou uma política que soma fundamentalismo conservador com uma postura agressiva e beligerante. Bolsonaro pretendia se retirar do Acordo do Clima de Paris, sendo contido na última hora. Mas o Brasil se retirou do Acordo das Nações Unidas para as Migrações, se alinhou com os países fundamentalistas islâmi-



cos em diversas questões relacionadas com a educação, os direitos humanos e a saúde reprodutiva.

Não foi apenas uma mudança de orientação nas políticas, mas sim de postura diplomática. Bolsonaro atacou de forma pessoal e desrespeitosa todo e qualquer líder que tenha posições diferentes das suas. Atacou a chanceler da Alemanha, Angela Merkel, e o governo da Noruega quando ambos questionaram as ações do governo em relação ao meio ambiente. Atacou de maneira pessoal o presidente da França, Emanuel Macron, quando este criticou a passividade do governo brasileiro frente às queimadas e ao desmatamento. O Brasil está sendo colocado na vitrine no cenário internacional como um país no qual a Presidência da República tem um comportamento diametralmente oposto de qualquer padrão de ação diplomática.

É isso não ocorre apenas em função das ações internacionais do governo. As ações internas do governo Bolsonaro também são vistas de maneira muito crítica em nível internacional. A demissão do diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) por causa da divulgação de dados sobre o desmatamento, a violência policial contra as comunidades, os ataques aos direitos humanos, à diversidade de gênero e a incapacidade (ou falta de vontade) de solucionar o assassinato da vereadora Marielle Franco são apenas alguns dos exemplos que vão consolidando uma imagem do Brasil no resto do mundo. A regressão política decorrente da ascensão de Jair Bolsonaro ao governo irá influenciar decisivamente os desdobramentos futuros também no campo comercial.

Portanto, em primeiro lugar, é possível que o acordo sequer seja levado a efeito. Para iniciar a operar, o acordo precisa ser aprovado pelos parlamentos de todos os países da União Europeia. Esta possibilidade está cada vez mais distante, especialmente depois dos acontecimentos relacionados ao tema das queimadas na Amazônia. Os setores da economia europeia que tinham resistência ao acordo (como os agricultores franceses e italianos) já ganharam novos aliados entre os





Foto: Isabel Marques da Silva / euronews

ambientalistas. Esta pressão da sociedade civil sobre os parlamentos pode resultar que o acordo, mesmo assinado pelos governos, seja bloqueado antes mesmo de vir a ser colocado em prática.

### Sem garantias

Além disso, mesmo que ele seja eventualmente ratificado, não há uma efetiva garantia de que os produtos primários brasileiros consigam acessar os mercados europeus. Já existem iniciativas explícitas de boicote a produtos nacionais em diversos países. Marcas globais se recusam a utilizar matérias-primas brasileiras. Os consumidores da Europa são conscientes e bastante rigorosos em seus critérios de qualidade, o que pode resultar em uma resistência contra nossos produtos. E, para além da resistência dos consumidores, o acordo dispõe também de cláusulas de garantias sanitárias e de direitos humanos que podem ser aplicadas. A Alemanha, por exemplo, está discutindo neste momento a proibição de inseticidas com base em Glifosato, amplamente utilizado nas lavouras de soja do Brasil. Legislações sanitárias e ambientais deste tipo podem ser utilizadas, nos marcos do próprio Acordo, bloqueando muitos dos produtos brasileiros.

Tudo isso aponta para um cenário muito distinto do que foi apresentado na discussão relativa à assinatura do acordo aqui no Brasil. A ideia de que o mesmo se constitui em um avanço, que irá ampliar as relações comerciais de maneira favorável ao Brasil e contribuir para o crescimento do país se mostra completamente ilusória. Pelo contrário, o cenário mais provável é de recrudescimento dos conflitos comerciais em âmbito global em um cenário de crise e recessão internacional. E o governo brasileiro, totalmente incapaz de sequer compreender a complexidade do mundo da diplomacia, mostra-se completamente despreparado para enfrentar um cenário difícil. No ano que vem, os Estados Unidos terão eleições presidenciais nas quais a possibilidade de derrota de Donald Trump é bem consistente. Neste contexto, o isolamento do Brasil de Bolsonaro se tornará ainda mais dramático.

### Lições que podem ser aprendidas

De todo este quadro se pode, portanto, extrair algumas lições importantes. A primeira diz respeito à precariedade do conteúdo da discussão pública no Brasil sobre temas relevantes, como os de política externa. Os meios de comunicação demonstram uma grande superficialidade e um intenso viés ideológico no trato dos temas, alinhando-se sempre de modo acrítica com propostas de liberalização, de abertura comercial e de alinhamento com o grande capital financeiro internacional. Assim, ao invés de permitir que os cidadãos se posicionem de maneira mais consciente, a mídia serve como caixa de ressonância para as teses liberais. O debate relativo ao acordo UE/Mercosul é uma demonstração clara desta fragilidade. Nossas decisões, assim, são tomadas de forma muito precária sem que a população possa realmente formar uma opinião mais informada.

A segunda lição diz respeito aos riscos representados pelo governo Bolsonaro para a imagem e a inserção do Brasil no cenário internacional. A ausência de uma estratégia nacional coloca o país em sério risco no contexto de uma ordem internacional cada vez mais instável. Somos hoje um país à deriva, com uma economia fragilizada e em processo de abertura de seus mercados em um momento em que todas as demais economias tendem a adotar mecanismos protecionistas.

O otimismo em relação aos acordos UE/Mercosul, portanto, tem que dar lugar a uma evidente preocupação. Em um cenário de crescentes tensões e disputas comerciais, em que a economia mundial sinaliza o caminho de uma nova crise global, teremos um Brasil mais aberto e sem um projeto estratégico consistente. Na Europa, vivendo um cenário de aumento das tensões políticas, mesmo que o acordo seja ratificado, os produtos brasileiros sofrerão as consequências da hostilidade dos consumidores e dos ambientalistas. E mesmo no âmbito do Mercosul, a provável derrota de Macri nas eleições de outubro na Argentina irá gerar um processo de tensões crescentes no interior do bloco.

Longe de ser o sucesso sinalizado pelos meios de comunicação e pelo governo brasileiro, o acordo UE/Mercosul, assim, corre o risco de se tornar mais uma daquelas promessas de prosperidade que se dissolvem no ar. O Brasil precisa aprender que o sucesso nas relações externas depende de um projeto claro de país e de inserção internacional, que não podem ser substituídos pela retórica populista.

### Nota

1. Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), atualmente é pesquisador em um projeto de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Ufrgs. Foi coordenador da Assessoria de Relações Internacionais do governo do estado do Rio Grande do Sul (2011/2014)

### Referências

2. <https://theworldnews.net/br-news/acordo-que-condena-o-brasil-ao-atraso>
3. <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2019/07/questao-ambiental-pode-travar-acordo-mercosul-uniao-europeia-alerta-belluzzo/>
4. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-06/mercosul-e-uniao-europeia-fecham-acordo-de-livre-comercio>

Fernando Seffner<sup>1</sup>  
Professor da Faculdade  
de Educação da Ufrgs.

# Se explicar o bicho pega, se não explicar o bicho come



Não há conteúdo escolar que esteja imune às disputas teóricas e necessariamente políticas do contexto atual

**E**xplicar ou não explicar a matéria? Se decidir explicar, como explicar? Eis a questão. A docência na educação básica enfrenta ataques e questionamentos. Um professor de ensino médio afirmou: “Tem dias que quando vou caminhando pelo corredor em direção à sala de aula, me vem à cabeça aquela prancha de navio pirata, em que o sujeito anda até cair no oceano, onde sempre tem tubarões”. A docência no ensino fundamental e médio se desenvolve hoje marcada por disputa de narrativas que abrange todas as áreas do conhecimento. A terra é plana ou esférica? A explicação do surgimento da vida no planeta deve ser feita pelo evolucionismo ou pelo criacionismo? Devemos tomar vacinas para nos proteger das doenças ou isso não é mais necessário? As teorias que apontam para o aquecimento global são “coisa da esquerda planetária” ou efetivamente científicas? A ditadura civil-militar de 1964 a 1985 torturou ou não pessoas? Se abordarmos os temas de gênero e sexualidade na escola, estaremos incentivando a sexualidade precoce ou auxiliando na prevenção de infecções sexualmente transmissíveis entre os jovens? O desmatamento da Floresta Amazônica vem aumentando, confor-

Foto: Igor Sperotto / Simp/RS

## A conjuntura política trouxe à cena elementos que turbinaram os ataques ao saber instituído na escola e na academia

me mostram estudos, ou isso é uma manobra da oposição para desacreditar o governo? Afinal, o homem chegou na lua ou foi tudo uma armação dos norte-americanos?

Não há conteúdo escolar que esteja imune às disputas teóricas e necessariamente políticas do contexto atual. Alguém dirá: sempre tivemos quem questionasse os saberes escolares. Sim, mas a disputa atinge hoje patamares de histeria e pânico moral muito elevados, com a construção da figura do “professor doutrinador”, em especial pelo movimento escola sem partido. A conjuntura política trouxe à cena três elementos que turbinaram os ataques ao saber instituído, particularmente na escola e na academia. O primeiro deles é o discurso de “Estado mínimo”, que implica desqualificar boa parte das instituições do Estado de bem-estar social, dentre elas a escola, e desqualificar a autoridade docente. O segundo elemento é o forte desenvolvimento da noção de sujeito empreendedor individual, a transformação de cada um em empresário de si, a troca do CPF pelo CNPJ em empresas de um único funcionário que também é o patrão, a liberdade de ser dono de seu horário, mesmo que seja para trabalhar até morrer sem direito à previdência social. Essa posição leva a que cada um eleja as “suas” verdades, mesmo que elas não estejam amparadas em pesquisas. Se me sinto dono completo da minha vida e acredito que o Estado deva ser mínimo, posso manifestar convicções sobre qualquer tema sem necessidade de recorrer ao saber acumulado.

### Pós-verdade

O terceiro elemento é quase uma derivação do segundo. De repente, ficou “chique”, é visto como algo “original e legal” e até mesmo como demonstração de “como aquele sujeito é autêntico, espontâneo e corajoso, ele diz mesmo o que ele pensa”, emitir juízos sem conhecimento de causa, e ridicularizar o saber científico. A mais alta autoridade do país se vale amplamente de variações da frase “chega de estudiosos e especialistas” quando quer tomar uma decisão. Ministros desautorizam pesquisas porque elas não concordam com suas ideias pessoais. A noção de pós-verdade ajuda a esclarecer, ela designa situação em que a escolha dos elementos que irão compor meus juízos se faz pela coleta de informações em redes de afe-

tos e simpatias, e não em fontes pautadas em procedimentos racionais e amparadas na tradição científica. Esse comportamento extrapola o individualismo e vai ao mais puro narcisismo. Ele se expressa em pessoas que não fazem diferença alguma entre “não gostei” e “tem que proibir”. Na vida em sociedade, há milhões de coisas que eu não gosto – ou pensamentos e posições com os quais não concordo –, mas isso não significa que posso simplesmente exigir “tem que proibir” ou “não tem que ensinar isso porque eu não penso assim”.

Vivemos tempos de anti-intelectualismo, de desprestígio da pesquisa e da docência, com intenção política de tomar decisões que privilegiam poucos em detrimento de muitos. Por conta disso, se diz que o que se ensina na escola virou “ideologia” ou tem “viés ideológico”. Interessante é que as pessoas que atacam a escola não acham que suas opiniões sejam elas próprias também ideológicas. Ideologia é sempre o que os professores estão ensinando. As opiniões dos grupos que atacam a escola são mostradas como “a verdade”, sem maiores argumentações. No caso do ensino privado, a situação se agrava, por conta da noção de aluno cliente, ideia de que, ao matricular na escola, estamos comprando um produto ou serviço, e podemos então tratar os saberes escolares do mesmo modo que tratamos um sapato que não coube no pé e só descobrimos depois da compra. Mas não é assim. A educação é, antes de tudo, um direito, e a educação das crianças é igualmente obrigação assegurada pela Constituição Federal, regulada por leis e acordos internacionais e inserida na tradição científica.

Como tomar decisões em sala de aula? Opto por três indicações: citar princípios de lei, narrar um exemplo de trabalho pedagógico e problematizar a noção de autonomia da criança. A Constituição Federal de 1988, no artigo 206, consagra a liberdade de ensinar – dos professores – e também a liberdade de aprender – das crianças, a saber, a liberdade de fazer perguntas e querer saber. Afirma que o ambiente educacional deve ser marcado pelo pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas. Indica claramente que o empreendimento educacional deve se pautar pela gestão democrática. Todos esses princípios estão regulamentados em leis, são objeto de acordos internacionais e tornaram-se prática no país. A escola serve à democracia, e a democracia serve à escola. A lei define ainda que a escola tem autonomia, o que significa que há processos internos às redes de ensino que definem conteúdos, abordagens, procedimentos de avaliação, seleção de bibliografia. Estimula-se o diálogo com as famílias, mas a educação escolar não é a continuação da educação familiar. A educação escolar é pública, mesmo quando em estabelecimentos privados, animada pelos princípios republicanos (por exemplo, igualdade entre homens e mulheres), não deve manifestar hostilidade por crenças religiosas pessoais, se ampara na tradição científica, opera com processos de sociabilidade – ensinar as crianças e jovens a conviver entre si – e com processos de socialização – colocar as crianças em contato com o conjunto de regras sociais válidas.

#### **Autonomia**

A educação escolar insere os jovens em uma tradição, e, ao mesmo tempo, lhes ensina que podem modificar essa tradição. É tarefa delicada, necessária, vital para a vida em sociedade e para o desenvolvimento da humanidade. Nem queremos desconhecer o passado, nem queremos ficar presos completamente a ele, nem queremos inventar nada que reproduza equívocos do passado. Os familiares educam os filhos e as filhas, os professores e as professoras ensinam os alunos. Coincide que são as mesmas pessoas – em uma situação filha, em outra aluna. Não

se encaminha a criança à escola para que ela escute lá exatamente o que escutou em casa. Se fosse assim, não seria necessária a escola. É natural que ela aprenda coisas na escola – ou porque dialoga com seus colegas ou porque escuta de sua professora ou porque lê em livros escolares – e que essas coisas mostrem diferença em relação ao que ela escutou em casa. É assim que se constrói a autonomia individual, pelo confronto progressivo de opiniões sobre um mesmo tema, desenvolvendo a capacidade de construir juízos.

Estimula-se o diálogo  
com as famílias, no  
entanto a educação  
escolar não é a  
continuação da  
educação familiar

Em turma do primeiro ano do ensino médio, estabeleceu-se um impasse. Duas alunas, orientadas por seus pais, reivindicavam se ausentar das aulas quando da abordagem do evolucionismo, pois a crença pessoal delas era o criacionismo. A classe debateu a questão, a direção da escola conversou com as famílias. Chamado a auxiliar no caso, elaborei com a professora uma proposta, amparada em decisões da Suprema Corte norte-americana, que já se pronunciou diversas vezes sobre o tema, e em manifestação de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) brasileiro sobre a pertinência ou não da proposição legis-



lativa do movimento escola sem partido. A criança vai à escola para ampliar seus horizontes de conhecimento. É natural que ali tome contato com questões não abordadas no universo familiar, ou que divergem no todo ou em parte de valores familiares. O aprendizado escolar não deve submeter a criança a uma condição de humilhação, mas tem a obrigação de lhe apresentar o que a tradição científica consolidou sobre o tema. Ficou decidido que as duas alunas iriam assistir às aulas, e que a escola teria a mais ampla liberdade de lhes mostrar o que é a teoria do evolucionismo. Ficou também acertado que a professora iria fazer uma avaliação de conhecimentos sobre o tema, e que o percurso não implicaria humilhação das crenças pessoais.

### Evolucionismo

A escola pode exigir dos alunos amplo domínio do tema. Mas não pode fazer numa prova questão do tipo "escolha a alternativa que completa corretamente a frase: A teoria que explica o surgimento da vida na Terra é o ..... Alternativa A evolucionismo, Alternativa B criacionismo". Uma questão dessas levaria as duas meninas à decisão pessoal humilhante. Sabendo que a resposta correta admitida pela escola é a Alternativa A, elas

ficariam inclinadas a responder desse modo para sair-se bem na prova, mas, com isso, estariam mentindo em relação a suas crenças pessoais. Por outro lado, se respondessem de acordo com suas crenças pessoais marcando a Alternativa B, ficariam em paz com suas consciências, mas se dariam mal na prova. Questões desse tipo não podem ser elaboradas. Mas a escola tem o dever de explicar o que é o evolucionismo, e cobrar em uma avaliação. Ficou estabelecido que as duas alunas teriam um momento em aula para explicar seu ponto de vista pessoal, indicando em que divergiam e por que divergiam da teoria evolucionista. Elas pediram ajuda à professora para estudar o tema, revelando, com isso, que acreditavam em algo que não sabiam explicar com clareza, e ficou também claro que seus pais não possuíam conhecimento suficiente para argumentar. Ao final do processo, todos ampliaram seus conhecimentos, sem humilhações. Aplicou-se uma prova, em que era necessário saber muito do evolucionismo. A escola cumpriu seu dever, ensinando o que a tradição científica considera correto, e estimulando que as duas alunas lessem sobre suas próprias crenças, para argumentar frente à classe.

Em clima de alegria ao final do processo, os alunos disseram que era mais ou menos como saber qual o melhor cachorro-

Foto: Igor Sperotto / Sinpro/RS



# Acusar professores de doutrinação está em desacordo com as mais elementares noções de respeito ao pluralismo

-quente do bairro decidindo entre o da cantina da escola, o da tia Jane, o da carrocinha do Haroldo ou o que a minha mãe faz nos aniversários. Afirmaram que só se poderia votar para escolher o melhor cachorro-quente depois que todos tivessem provado o cachorro-quente de todos os estabelecimentos. Quem apenas comia o cachorro-quente da sua mãe não tinha conhecimento de causa suficiente sobre o tema. Por banal que possa parecer, essa tem sido de modo reiterado a posição de fundo da grande maioria das decisões da Suprema Corte norte-americana nos embates famílias e religiões versus escola. Baseados em princípios do sujeito liberal e do consumidor esclarecido, os juízes afirmam que, para decidir se gostamos ou não de algo, se algo nos convém ou não, é necessário ampliar nosso conhecimento, para então decidir. Somente assim a decisão tomada é mais racional e menos afetiva e está em sintonia com a escola, que visa ampliar os horizontes do conhecimento pela via da razão.

## Horizontes

Um terceiro ponto é tratar da autonomia da criança e do jovem. O movimento escola sem partido afirma “meus filhos, minhas regras”, o que faz pensar que os filhos são propriedade dos pais, e suas posições pessoais são mera decorrência das posições dos pais. Nada mais equivocado. Isso é humilhar as crianças, comprometer sua dignidade pessoal e a construção da autonomia intelectual. Do ponto de vista geracional, é ao longo da trajetória escolar que o indivíduo deixa de ser criança e vai se fazendo adulto. No caso brasileiro, atravessando idades estabelecidas pela legislação que são marcos da progressiva autonomia: 12 anos (começa a responsabilidade penal, com aplicação de penas diferenciadas dos adultos, até aqui é considerado criança); 14 anos (consentimento para o ingresso na vida sexual e idade a partir da qual se

Foto: Igor Sperotto / Sinpro/RS



pode trabalhar como aprendiz); 16 anos (é possível votar nas eleições e trabalhar sem ser aprendiz); 18 anos (o voto torna-se obrigatório e se pode ser candidato a vereador, idade da maioridade penal, o indivíduo passa a ser responsável pelos crimes que cometer como adulto; se pode tirar a licença para dirigir veículo automotor, cessa a menoridade); 21 anos (para registro, porte e uso de arma, essa é a idade exigida por órgãos policiais; já se pode ser candidato a deputado federal, estadual, prefeito).

A escola ajuda os jovens na construção de sua autonomia intelectual, ampliando seus horizontes. Essa é sua tarefa, e, com certeza, haverá conflitos entre o que o/a professor/a explica e o que as religiões ou as famílias acreditam. Isso não faz do/a professor/a um/a “doutrinador/a” nem implica que o conhecimento escolar seja “ideológico”. Nossa aposta é na construção progressiva da autonomia individual, e ela passa pelo confronto com opiniões divergentes para formação de juízo pessoal. O percurso escolar é ampliação de mundos, saída progressiva da



Se explicar o bicho pega,  
se não explicar o bicho come



esfera doméstica e ingresso no espaço público. Tal tarefa é realizada por professores e professoras. É compreensível certa quebra na autoestima dos pais, quando percebem que seus filhos esposam ideias outras, algumas fruto da cultura escolar. Mas daí a acusar professores e professoras de doutrinação está em desacordo com as mais elementares noções de respeito ao pluralismo democrático e aos princípios de construção da autonomia pessoal. Conhecer é necessariamente mover-se de local e de ponto de vista. E como diz o escritor uruguaio Eduardo Galeano, a primeira condição para modificar a realidade consiste em conhecê-la.

#### Nota

1. Mestre em Sociologia e Doutorado em Educação pela Ufrgs. Docente e orientador no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU), linha de pesquisa Educação, Sexualidade e Relações de Gênero, com ênfase temática nas pedagogias de construção das masculinidades. Docente e orientador no Mestrado Profissional em Ensino de História –

Proff-História, polo Ufrgs. Atua em pesquisas e orientações investigando processos de produção, manutenção e modificação das masculinidades, situações de vulnerabilidade à Aids; conexões entre direitos humanos e políticas públicas de gênero e sexualidade, teorizações queer, interseccionalidade e marcadores da diferença. No nível de graduação, dedica-se a disciplinas que envolvem o ensino de História e pesquisa as conexões entre experiência e aprendizagem da História a partir da etnografia de cenas e registros da cultura escolar. <http://lattes.cnpq.br/2541553433398672>

#### Indicações de leitura

##### Matéria da Revista Nova Escola

<https://novaescola.org.br/conteudo/10139/manual-para-se-defender-do-escola-sem-partido>

##### Manual de Defesa Contra a Censura nas Escolas produzido por um coletivo de grupos

<http://www.manualdefesasadasescolas.org/manualdefesa.pdf>

##### Como lidar com o Escola Sem Partido - produção do Instituto Unibanco

<https://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/25/>

##### Manual sobre liberdade de ensino e de pensamento feito pela Confederação Nacional de Advogados de Servidores Públicos (Cnasp)

<https://onedrive.live.com/?authkey=%21AKwjaNw6%2DJKf5AE&cid=BD654B7441BF93C0&id=BD654B7441BF93C0%219675&parId=root&o=OneUp>

##### Orientações para professores contra a censura no ambiente escolar produzidas pelo Grupo Rede de Defesa e de Resistência Democrática (Rede)

<https://revistaforum.com.br/politica/grupo-rede-disponibiliza-orientacoes-para-professores-contra-a-censura-no-ambiente-escolar/>

# Parâmetros trabalhistas da relação contratual docente

O contrato de trabalho do professor do ensino privado regula-se por uma série de disposições trabalhistas específicas do fazer docente e seus desdobramentos no cotidiano laboral

## artigo

Marcelo Ott

Assessor Jurídico do Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS

O contrato de trabalho do professor do ensino privado regula-se por uma série de disposições trabalhistas específicas, as quais decorrem da particularidade do fazer docente e seus desdobramentos no cotidiano laboral. O formato de remuneração, o cômputo da carga horária semanal e da jornada diária, bem como a limitação das tarefas realizadas são o objeto deste breve estudo.

Conforme previsão contida nas Convenções Coletivas de Trabalho (CCT), anualmente negociadas pelo Sinpro/RS com as representações patronais, a remuneração do professor se dá mediante o pagamento de unidades denominadas horas-aula, sempre observados os diferentes pisos salariais.

Este número de aulas contratadas integra o contrato de trabalho do docente tanto para os efeitos previstos na cláusula de Irredutibilidade de Salário e Carga Horária quanto para os previstos na cláusula de Anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), passando a integrar, mesmo que temporariamente, o patrimônio jurídico do professor. Também quanto à forma de remuneração, as Convenções Coletivas de Trabalho estabelecem o seguinte:

### JORNADA DE TRABALHO E REPOUSO SEMANAL REMUNERADO

*A remuneração dos docentes será fixada pelo número de aulas semanais, que não poderá ser superior a 40 (quarenta). O pagamento far-se-á mensalmente, considerando-se cada mês constituído de 4,5 (quatro e meia) semanas, acrescentando-lhe 1/6 (um sexto) de seu valor como remuneração do repouso, conforme interpretação do art. 320 da CLT em combinação com a Lei 605/49.*

Ou seja, a remuneração docente deve ser calculada, em qualquer hipótese, tendo como base o valor da hora-aula contratada multiplicada pelo número de horas-aula semanais, as quais serão multiplicadas por 4,5 semanas, acrescentando-se 1/6 referente ao descanso semanal remunerado.

Destaca-se, ainda, que, independentemente da atividade realizada pelo docente, no momento da contratação do professor são definidos os turnos e a carga horária semanal, e a remuneração deverá sempre ser dividida em unidades denominadas aulas.



Isso também é o que preconiza o art. 320 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a seguir transcrito:

Art. 320 – A remuneração dos professores será fixada pelo número de aulas semanais, na conformidade dos horários.

Também é importante sublinhar que o tempo de duração dessas aulas não possui regulamentação específica, podendo variar de 30, 40, 50 ou até mesmo a duração máxima de 60 minutos, sempre de acordo com o estabelecido pela instituição de ensino.

É fundamental destacar, entretanto, que o empregador não está autorizado a realizar o cômputo da carga horária somando os minutos, pois assim estaria desnaturando o conceito de aula (período/tempo), o qual orienta a legislação aplicável à categoria docente.

categoria profissional diferenciada, qualificação que se justifica pelas “condições de vida singulares” desses empregados, nos termos do §3º do artigo 511 da CLT.

Por categoria profissional diferenciada atendem aqueles profissionais que, por suas especificidades, constituem uma gama de direitos singulares dentro do ordenamento trabalhista, blindados por diretrizes únicas e vínculos para fins de representação sindical a um ente específico, independentemente da atividade econômica desenvolvida pelo empregador.

Em suma, ocorrendo hipótese de vínculo empregatício de empregado de categoria diferenciada em empresa cuja atividade preponderante não é a especializada, a vinculação e a representação sindical são determinadas segundo a atividade profissional especial desem-

Foto: Igor Sperotto / Sinpro/RS



É justamente esse conceito que foi utilizado pelas representações patronais para afastar o pagamento da chamada *Hora Atividade*, uma vez que no entendimento dos empregadores esta preparação é inerente à aula contratada e ao seu tempo de duração.

Foi por conta das sabidas condições de vida singulares, às quais os professores estão expostos, que, por força de Lei, a sua categoria profissional se define como diferenciada, razão pela qual para o contrato de trabalho dos professores se aplicam, também, condições distintas e normas específicas, como é o caso do cálculo da sua remuneração.

Nos termos da legislação trabalhista, os professores estão inseridos no quadro anexo do artigo 577 da CLT e integram, portanto, uma

penhada e não a atividade-fim desenvolvida pelo empregador, estando garantida a aplicação de todas as normas legais específicas ao contrato de trabalho dos professores.

#### Reforma Trabalhista – Lei nº. 13.467/2017

A Lei nº 13.467/2017, publicada em 14/07/2017, alterou mais de uma centena de pontos da CLT e trouxe várias mudanças que afetam o dia a dia entre empregado e empregador, outras que abrangem as relações sindicais, além de outras que envolvem questões judiciais decorrentes de reclamações trabalhistas.

A entrada em vigor da reforma trabalhista agudizou a criatividade dos empregadores no intuito de redução de custos, consequente-

mente, com foco na redução do valor das folhas salariais.

Uma das muitas possibilidades trazidas pela reforma trabalhista para precarizar as condições de trabalho é a possibilidade de negociação individual, entre empregador e empregado, para alteração do contrato de trabalho pactuado.

As negociações individuais poderão ser feitas somente em casos de empregados com diploma de nível superior e salário superior a duas vezes o benefício máximo concedido pela Previdência Social, que hoje somam a quantia de R\$ 11.678,90.

Entretanto, não são todos os objetos passíveis da negociação individual, entre empregado e empregador.

Muito embora a esmagadora maioria das alterações realizadas na reforma trabalhista tenha se dado em prejuízo dos trabalhadores, ainda existem na legislação trabalhista, bem como na Constituição da República normas de proteção aos contratos de trabalho.

Um dos principais artigos capazes de executar referida proteção, sobrevivente à reforma imposta, é o 468 da CLT, o qual impõe nulidade às alterações contratuais ocorridas de forma unilateral, não sendo permitida, em qualquer hipótese, alteração em prejuízo do trabalhador.

*Art. 468 – Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, e ainda assim desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia.*

Da mesma forma, no que diz respeito à possibilidade de pactuação individual, realizada através de acordos individuais entre empregado e empregador, a Constituição da República impede que se tenha como objeto a redução salarial, a qual deve ocorrer, sempre, através de disposição prevista em Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, negociado com o Sindicato representante da categoria.

*Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:*

*(...)*

*VI - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;*

*(...)*

Portanto, ainda que a reforma trabalhista tenha alargado as brechas para a precarização dos contratos de trabalho, seguem

existindo salvaguardas legais capazes de neutralizar as interpretações equivocadas dos empregadores que visam à redução de seus custos operacionais.

### **Norma Coletiva – Irredutibilidade de Salário e Carga Horária**

Neste novo contexto, as interpretações criativas da nova legislação trabalhista alcançaram, também, as normas previstas nas Convenções Coletivas de Trabalho, firmadas pelo Sinpro/RS.

Uma das cláusulas que vem sendo utilizada pelos empregadores como ferramenta para redução de custos é a que trata da irredutibilidade de salário e carga horária, a partir de uma interpretação equivocada do que se define como alteração curricular.

Interpretação equivocada da mesma tem levado empregadores do ensino privado no Rio Grande do Sul a reduzirem o salário dos professores em até 25%.

Diz a Cláusula:

#### **IRREDUTIBILIDADE DE SALÁRIO E CARGA HORÁRIA**

*A carga horária do docente e a correspondente remuneração não poderão ser reduzidas unilateralmente pelo empregador, salvo nas hipóteses de:*

*I – alteração curricular devidamente aprovada pelo órgão competente da instituição de ensino;*

Foto: Igor Sperotto / Sinpro/RS



	Salário	%	Sal. Distribuído
2017	R\$ 1.690,97	4,700%	R\$ 1.779,44
2018	R\$ 1.690,97	4,700%	R\$ 1.779,44
2019	R\$ 1.690,97	0,000%	R\$ 1.779,44
2020	R\$ 1.690,97	2,710%	R\$ 1.737,46
2021	R\$ 1.690,97	1,560%	R\$ 1.716,44
2022	R\$ 1.690,97	4,700%	R\$ 1.779,44
2023	R\$ 1.690,97	4,700%	R\$ 1.779,44
2024	R\$ 1.690,97	4,700%	R\$ 1.779,44

*II – supressão de turmas motivada por redução do número de alunos e desde que as turmas remanescentes do mesmo componente curricular ou disciplina tenham, no máximo, 60 (sessenta) alunos;*

*III – término de mandato em função eletiva ou exoneração em função administrativa de confiança;*

*IV – retorno de docente anteriormente licenciado em função de projeto de aprimoramento acadêmico;*

*V – encerramento de projetos extracurriculares por falta de interessados;*

*VI – encerramento de projetos de pesquisa cujos participantes tenham sido escolhidos pelo órgão competente da instituição de ensino, segundo critérios previamente publicados mediante edital;*

*VII – encerramento de projetos de extensão universitária, desde que aprovados pelos órgãos competentes da instituição.*

*(...)*

Em que pese ser inegável que a condição específica do professor o coloca em uma situação em que sua carga horária e correspondente remuneração decorrem da fixação do número de horas

semanais, não é correto afirmar que esta relação de emprego está integralmente afastada da aplicação do princípio de irredutibilidade salarial, previsto na Constituição Federal.

A alteração curricular, prevista no inciso I da Cláusula supramencionada, tem sido utilizada pelos empregadores como gatilho para a redução da carga horária e, consequentemente, salarial dos professores, procedida de forma irregular.

Para que haja uma redução da jornada e a consequente redução salarial, mesmo que os trabalhadores sejam professores, estes não se despem da condição de seres humanos quando no exercício da sua função.

Para imprimir legalidade nessa medida, seria fundamental a formalização de um acordo coletivo de trabalho, que previsse a redução salarial e a proporcional redução da jornada diária.

A mera redução da carga horária do curso, por exemplo, não tem qualquer relação com a remuneração docente, uma vez que se refere àquilo que é exercido pelos alunos no semestre, incluindo mais uma variável que não possui relação com a remuneração dos professores.

Especificamente quanto à disposição normativa, cumpre salientar que a permissão para redução unilateral de carga horária, no caso de Alteração Curricular, se dá em razão da supressão de



As atividades docentes realizadas fora da sala de aula devem ser remuneradas como extraordinárias quando realizadas pelo professor fora da sua carga horária semanal contratada



disciplinas/componentes curriculares, os quais podem, de acordo com as necessidades pedagógicas, ser suprimidos dos currículos.

Outro ponto muito relevante, para se compreender o real conteúdo da norma coletiva, é que o texto normativo é escrito no singular, *a carga horária do docente e a correspondente remuneração não poderão ser reduzidas unilateralmente pelo empregador*, ressalvadas as hipóteses ali previstas.

Não se trata, portanto, de uma norma geral, uma autorização indefinida outorgada pela categoria para que o empregador, sempre que reunir seu conselho, altere o formato de pagamento dos salários dos professores.

Mas isso quer dizer que é impossível se valer da norma coletiva para reduzir a carga horária em razão da alteração do currículo? Obviamente, não.

É possível suprimir períodos mediante alteração curricular, o que não é autorizado pela norma coletiva é proceder à alteração da jornada diária. Em que instituição de ensino o trabalhador irá ministrara(s) hora(s) perdida(s)?

Essa reflexão é importante para demonstrar que, quando há efetiva mudança curricular, o professor terá suprimido todo um turno, podendo ministrar essa disciplina em outra instituição de ensino.

## Desdobramentos das Tarefas Docentes

Em meio a tantas alterações na legislação trabalhista e ataques às condições de trabalho dos professores, visando à precarização da relação empregatícia, a categoria ainda tem enfrentado um outro problema muito recorrente: os desdobramentos das suas tarefas, impostas pelo empregador.

Nunca foi novidade que os professores não têm como única tarefa a de ministrar aulas, incorporando-se às suas atividades, além de todas aquelas provenientes do ensino, outras como as de gestão acadêmica (coordenação), pesquisa e extensão.

A Educação a Distância (EaD) também tem sido responsável pela inovação de uma série de novas tarefas impostas pelos empregadores aos professores que atuam nesta modalidade, gerando excesso de trabalho aos docentes.

A Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/1996), ao fixar as normas básicas da educação nacional, regulamenta, em seu artigo 13, as diversas atividades inerentes à função dos docentes:

- I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;*
- II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta*

*pedagógica do estabelecimento de ensino;*

*III – zelar pela aprendizagem dos alunos;*

*IV – estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;*

*V – ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;*

*VI – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.*

Como se vê, não se restringem as atribuições dos docentes aos períodos dentro de sala de aula propriamente ditos, envolvendo diversas obrigações a serem cumpridas em horário diverso.

Muito embora existam grandes discussões sobre a necessidade de remunerar as atividades docentes realizadas fora da sala de aula, como, por exemplo, a preparação de aulas e a correção de provas, as demais atividades, impostas pelo empregador, direcionadas por ele, devem ser remuneradas como extraordinárias, quando realizadas pelo professor fora da sua carga horária semanal contratada.

O que não gera dúvida é o fato de que atividades realizadas pelo professor, sem a sua autonomia para execução, e impostas pelo empregador, devem, sim, ser remuneradas como extraordinárias, nos termos das Convenções Coletivas de Trabalho firmadas pelo Sinpro/RS.

Neste atual cenário de tantas alterações legais e de tamanha insegurança jurídica, consequência de inúmeras interpretações equivocadas das novas legislações, devemos firmar convicções sobre a manutenção das normas legais que blindam as condições de trabalho, bem como aquelas previstas nas Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho, as quais visam impor maior segurança nas relações de trabalho dos professores.

Dessa forma, estar atento a toda e qualquer alteração contratual promovida pelo empregador e fiscalizar tal procedimento passa a ser mais uma das tantas tarefas inerentes à função dos professores, visando à salvaguarda dos históricos direitos trabalhistas conquistados pela categoria, tanto pela legislação federal quanto pelas normas previstas nas Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho firmados pelo Sinpro/RS.



# A necessária representação sindical e seu custeio

A representação sindical é um quesito que, para além das muitas imputações de desvirtuamento e considerações de crise, continua imprescindível para a própria efetividade do trabalho e o cumprimento de sua função social.

Esta verdade é ainda mais contundente em se tratando do trabalho docente no mundo das instituições de ensino privado.

É o sindicato que, através das negociações com as instituições e/ou suas representações, constrói regras de convivência, condições de trabalho e estímulos à qualificação do processo educativo e formativo dos estudantes.

Normas e regras para todos os membros da categoria ou de segmentos dela, pactuadas com as instituições e com o associativismo dos contratantes, e que se expressam nas convenções e

Henrique  
Stefanello Teixeira  
Advogado trabalhista.

Marcos Júlio Fuhr  
Diretor do Sindicato dos  
Professores do Ensino Privado do  
Rio Grande do Sul (Sinpro/RS).

A sustentação financeira das entidades e suas lutas são a grande questão dos últimos anos, face à ofensiva sobre a estrutura e o movimento sindical

nos acordos coletivos de trabalho. Resultados que dependem sempre de muito esforço de argumentação somado a pressões via constrangimentos e receios que a representação sindical consiga desencadear ou, ao menos, ameaçar.

Esta ação ampla e geralmente extensa no tempo é o que os sindicalistas chamam de campanha de negociação coletiva.

Esses processos, em períodos marcados por conjunturas sociais e políticas favoráveis à mobilização das categorias, foram marcados pelo enfrentamento direto com o protagonismo dos próprios trabalhadores ou, pelo menos, de largos contingentes destes.

Essa não é a realidade na maioria das campanhas, e as negociações são geralmente processos solitários com o protagonismo exclusivo dos dirigentes sindicais.



# A ofensiva antissindical se expressa legalmente na CLT a partir da Reforma Trabalhista aprovada em 2017

Na ausência dos professores e da sua pressão direta, a efetividade do processo dependerá do desempenho dos sindicalistas e da marca da entidade sindical.

A força da marca, por sua vez, é a conjugação da sua trajetória de negociações e lutas, de sua legitimidade de representação e das ações que é capaz de desencadear.

Na base de tudo isso está a necessidade de recursos financeiros que só podem vir dos próprios representados.

A sustentação financeira das entidades e suas lutas são a grande questão dos últimos anos, face à ofensiva que se desencadeou sobre a estrutura e o movimento sindical.

## A importante compreensão

A ofensiva antissindical que se implementa atualmente no Brasil se expressa legalmente na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) a partir da Reforma Trabalhista aprovada em 2017.

O grande objetivo é a inviabilização do movimento sindical, antes de mais nada, e da própria atividade sindical e das representações das categorias profissionais, a partir do estrangulamento financeiro das entidades.

O fim do imposto sindical foi precedido da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a arrecadação da chamada contribuição assistencial/taxa negocial. A referência à necessária aprovação pelos trabalhadores acabou incluída no texto da CLT. Não ficou explícito se a decisão dos trabalhadores é individual ou coletiva.

O entendimento dos protagonistas sindicais e de amplos setores do Ministério Público do Trabalho (MPT) e da Justiça do Trabalho, por coerência, é de que se as normas são coletivas e aprovadas coletivamente, a sustentação financeira da entidade negociadora também deverá sê-la.

O MPT, na Nota Técnica 5/2017, assim se manifestou sobre a prevalência do negociado sobre o legislado e o enfraquecimento da representação sindical:

*Afinal, os acordos e convenções coletivas de trabalho continuarão tendo efeito “erga omnes”, ou seja, serão aplicados para todos os representados pela entidade, sendo filiados ou não... restringe-se de forma contundente o financiamento das entidades representantes de trabalhadores, o que invariavelmente levará ao seu enfraquecimento, e, simultaneamente, concede-se o poder a essas mesmas entidades para rebaixar os padrões trabalhistas de seus representados... a extinção da contribuição sindical deve ser acompanhada da apresentação de alternativas de financiamento às entidades sindicais, como a contribuição assistencial, figura completamente compatível com o modelo de liberdade sindical proposto pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), conforme estabelecido no verbete n. 363 do Comitê de Liberdade Sindical.*

Os fóruns adequados para as deliberações sindicais são as assembleias, cujo resultado, na forma estabelecida nos estatutos sociais, vincula a todos. Nesse sentido:

Foto: Igor Sperotto / Sinpro/RS



EMENTA: .... é facultado ao trabalhador manifestar sua vontade em Assembleia Geral que pode aprovar ou recusar a instituição de contribuições sindicais, sendo que a deliberação coletiva vincula a minoria, sobremodo porque a eficácia subjetiva dos acordos e das convenções coletivas de trabalho abrangem, respectivamente, todos integrantes da categoria ou da empresa, afiliados ou não à entidade sindical (grifados - Processo TRT-1 - 0000977-27.2012.5.01.0225 - 27/10/2014; des. Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da Silva).

EMENTA: Contribuição assistencial. Taxa de solidariedade inerente ao custeio das despesas inerentes às negociações coletivas. Benefícios que se estendem à categoria como um todo. Princípio da isonomia. Garantia de sobrevivência da entidade sindical. Devida indistintamente por associados e por não associados (Processo TRT-15 0005860-18.2015.5.15.0000 - DC/SDC; Julgado em 22/9/2016; rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani – grifados).



No sentido de valorizar o deliberado em assembleia, o sub-procurador-geral do Trabalho Luiz da Silva Flores assim se manifestou:

"A contribuição sindical fixada pela assembleia geral da categoria, conforme registrado em ata, será descontada em folha dos trabalhadores associados ou não, e recolhida em favor do sindicato, conforme os valores e as datas fixadas pela assembleia da categoria. Deve ficar garantido o direito de oposição manifestado pelos empregados, durante os dez primeiros dias, contados do início da vigência dessa ACT/CC. Presume-se autorizado o desconto em folha de todos os trabalhadores desde que regularmente convocados para a assembleia, caso aprovada a contribuição sindical. A manifestação de oposição deverá ser exercida pessoalmente e de próprio punho, na sede da entidade sindical ou perante um dirigente sindical designado" (TST - PMPP 1000356-60.2017.5.00.0000).

Esta compreensão do MPT foi homologada pelo vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), representando um avanço significativo no entendimento da matéria.

Outros membros do MPT estão seguindo esse entendimento (Procedimento 000016.2018.15.003/3-51), e Brito Pereira, presidente do TST, considera que:

"os acordos entre funcionário e empregador devem prevalecer. Por outro lado, defende a importância de sindicatos atuantes no equilíbrio das relações de trabalho, algo que a reforma enfraquece", disse ele (Jornal Folha de São Paulo de 26/2/2018).

O ministro do TST Maurício Godinho Delgado, seguramente a principal figura do Direito do Trabalho brasileiro, também corrobora desse entendimento ao afirmar que:

É que, pelo sistema constitucional trabalhista do Brasil, a negociação coletiva sindical favorece todos os trabalhadores integrantes da correspondente base sindical, independentemente de serem (ou não) filiados ao respectivo sindicato profissional. Dessa maneira, torna-se proporcional, equânime e justo (além de manifestamente legal: texto expresso do art. 513, "e", da CLT) que esses trabalhadores também contribuam para a dinâmica da negociação coletiva trabalhista, mediante a cota de solidariedade estabelecida no instrumento coletivo de trabalho" (Direito Coletivo do Trabalho, 6ª Ed. p. 114, LTR Editora, São Paulo, maio/2015).

No que se refere às normas internacionais, também é pacífico o entendimento de que a contribuição prevista nas normas coletivas deve ser suportada por todos os membros da categoria que se beneficiam do resultado negocial. A Convenção 95 da OIT, ratificada pelo Brasil, em seu artigo 8º, item 1, estabelece que:

*“Não serão autorizados descontos sobre os salários, a não ser em condições e limites prescritos para legislação nacional ou fixados por uma convenção coletiva ou uma sentença arbitral”.*

É muito importante salientar que, em qualquer outro país-membro da OIT, permite-se o desconto nos salários aprovado pelos trabalhadores, não individualmente, mas coletivamente, em assembleias.

Além dos amplos espaços na mídia para o assunto, na véspera do Carnaval deste conturbado ano de 2019, a edição da Medida Provisória 873 evidenciou de forma categórica a intenção do atual governo federal de inviabilizar o movimento e a atividade sindical.

O caráter flagrantemente inconstitucional da iniciativa, somado às ambiguidades do seu texto e à extensa polêmica sobre a matéria resultaram no arquivamento da MP sem análise de mérito por parte da Câmara Federal.

Os malefícios para a atividade sindical, expressos na CLT, na decisão do STF e na larga maledicência sobre desvirtuamentos da atividade, por sua vez, vêm aprofundando a crise das entidades,

suas lutas e movimentos, e o ano transcorre sob ameaças de novas iniciativas legislativas com vistas à maior efetividade na inviabilização dos sindicatos.

No Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (Sinpro/RS), o fim da arrecadação do imposto sindical não representou um comprometimento de sua sustentação e continuidade de atuação, uma vez que, por quase 30 anos, o Sindicato teve como política a restituição desta receita para os associados da entidade.

Devolvia-se o imposto sindical para compensar as contribuições deliberadas pela categoria, individualmente, na forma de mensalidades dos associados e, coletivamente, na forma de contribuição assistencial/taxa negocial, recolhida de todos os professores beneficiários das convenções ou acordos coletivos de trabalho, em cujo texto fica expresso o compromisso dos empregadores de efetuarem o respectivo recolhimento e repasse ao Sindicato.

As restrições patronais ao recolhimento, o que representa descumprimento da própria norma coletiva pactuada, expressam fragilidade frente à hegemonia liberal, sem desconsiderar, em muitos casos, a sintonia com o projeto político em curso, o qual objetiva a destruição do movimento sindical e das entidades representativas dos trabalhadores.

As restrições dos professores, que, infelizmente, também existem, representam, por sua vez, majoritariamente uma incompreensão das relações de trabalho e da necessidade da organização como via de definição de melhores condições de trabalho e salário para a categoria, não desconhecendo e desconsiderando, é claro, os alinhamentos ideológicos que sintonizam parte dos próprios trabalhadores, os professores, entre eles, com a sua própria exploração.

As referências anteriormente transcritas evidenciam largamente a legitimidade do desconto da contribuição assistencial/taxa negocial de todos os membros de uma categoria em prol da sustentação financeira da entidade sindical representativa.

Os posicionamentos contrários com base na invocação do direito individual de não contribuir, de desconhecimento da instância coletiva de decisão, só podem ser atribuídos às concepções ultraliberais que não têm qualquer sintonia com a realidade do mundo do trabalho, marcado pela realização coletiva.

O fato é que as exacerbações ideológicas de perfil liberal têm dado vazão ao individualismo inconsequente e mesmo oportunista, na medida em que, pela legislação vigente, todos, a guisa do princípio da isonomia, são beneficiários dos resultados da ação sindical.

No Sinpro/RS, o fim da arrecadação do imposto sindical não representou um comprometimento de sua sustentação e continuidade de atuação





## ensaio

**Paulo Brack<sup>1</sup>**

Professor do Departamento de Botânica do Instituto de Biociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Ufrgs.

Foram registrados 30.901 focos de incêndio em agosto de 2019, o que corresponde a 63% do total de área queimada no bioma no ano, atingindo 43.573 km<sup>2</sup> no total

# As queimadas na Amazônia e o alerta do colapso do modelo de ocupação e de gestão ambiental

**Palavras-chave:** Queimadas, Desmatamento da Amazônia, Ocupação da Amazônia, Produtos florestais da Amazônia, Rios voadores, Desflorestamento, Biodiversidade, Povos indígenas, Gestão ambiental, Retrocessos ambientais.

## Resumo

A questão da destruição da Amazônia ficou flagrante, mais do que nunca, a partir da explosão de dados sobre queimadas e do colapso da gestão ambiental implantada por um governo que não quer admitir o problema e acredita no modelo desastroso do século passado no que se refere à ocupação da Amazônia. O governo brasileiro, incentivador da desconstrução da pasta de Meio Ambiente, por meio de um ministro que já foi condenado por improbidade administrativa e responde quase totalmente à pauta ruralista, virou alvo de críticas internas e externas e ações na justiça para demonstrar, se é possível, que preza o meio ambiente e se dedicará a enfrentar o problema da Amazônia e o caos na área ambiental brasileira.

O tema do desmatamento e das queimadas na Amazônia alcançou repercussão inédita no mês de agosto deste ano. Apesar dos índices de desmatamento voltarem a crescer a partir de 2012, associados provavelmente aos retrocessos no chamado Código Florestal, Lei

Federal nº 12.651/2012, agora estão explodindo junto com os incêndios criminosos da floresta. As nuvens de fumaça chegaram inclusive nas regiões sudeste e sul do Brasil. Na guerra de conquista deste “Eldorado”, temos o avanço descontrolado de madeireiros,

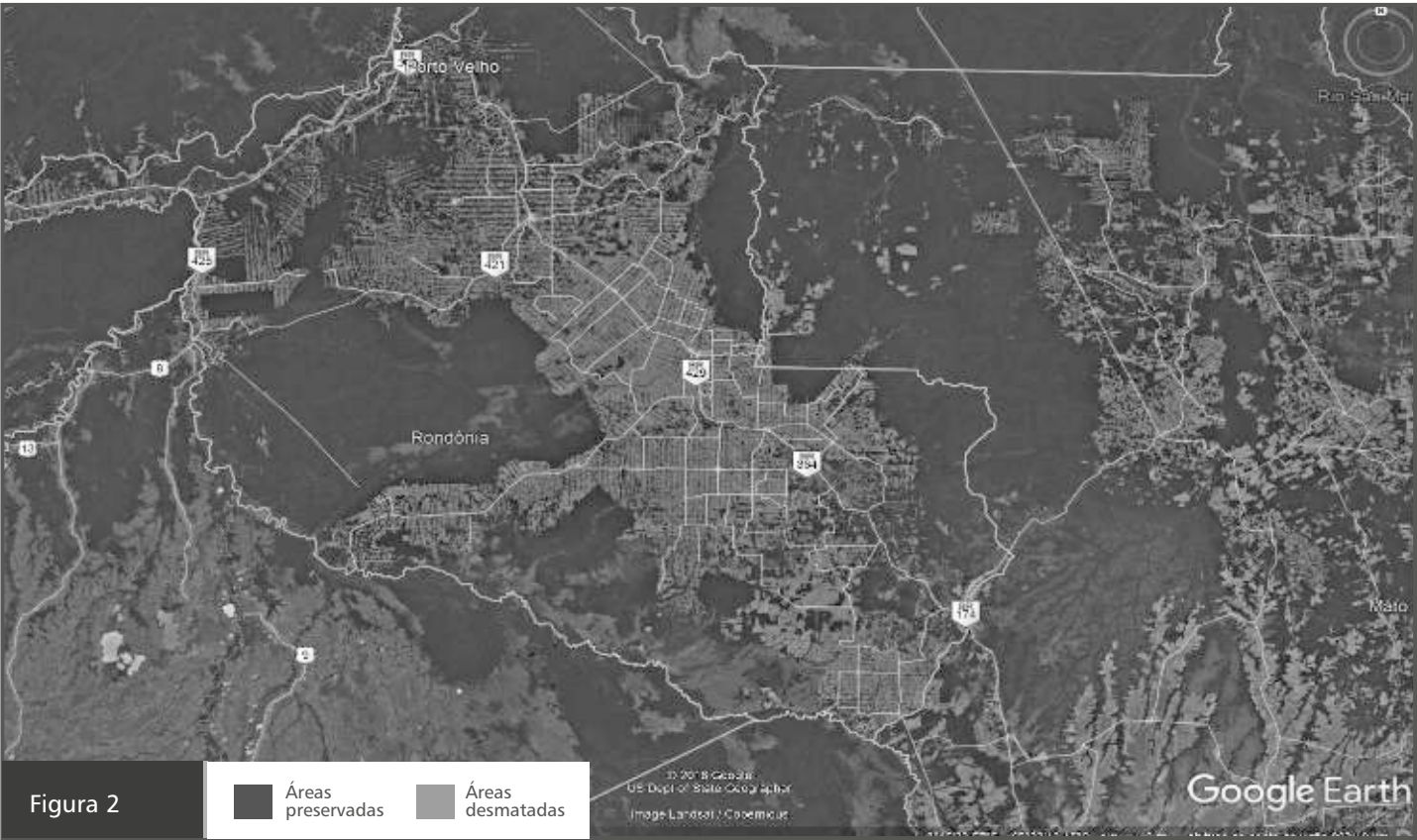
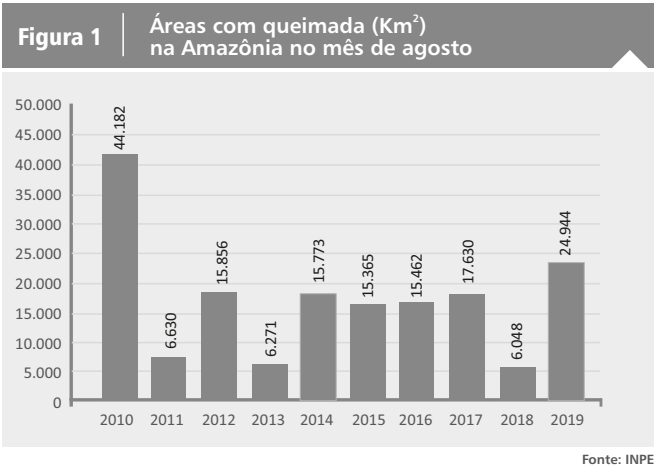
grileiros, garimpeiros, mineradoras, empreiteiras de hidrelétricas, ruralistas da pecuária e da soja, somado ao estrangulamento explícito da fiscalização do Ibama, aos cortes de recursos para a fiscalização e ao negacionismo de parte do governo federal sobre o caos ambiental implantado na região.

Apesar do modelo de ocupação da Amazônia ser uma catástrofe, o que chamou a atenção recentemente foi o fato das queimadas na Amazônia saltarem para 29.944 km<sup>2</sup> do bioma no mês de agosto, o que equivale a 4,2 milhões de campos de futebol, segundo dados do

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). A superfície incendiada é quatro vezes maior do que o valor registrado em agosto de 2018, quando foram queimados 6.048 km<sup>2</sup>. Em agosto de 2019, foram registrados 30.901 focos de incêndio, o que correspondeu, somente em um mês, a 63% do total de área queimada no bioma no ano, atingindo 43.573 km<sup>2</sup> no total. O total de área consumida pelo fogo, até agosto, supera os 43.171 km<sup>2</sup> em todo ano de 2018<sup>2</sup>.

A área de alcance do fogo em 2019 é a maior desde 2010, quando a região sofreu com uma seca intensa e teve 43.187 km<sup>2</sup> queimados. É verdade que este ano está mais seco, mas a extensão de agora bateu os níveis registrados em 2010. E cabe destacar que isso tudo ocorreu antes do mês de setembro, quando as queimadas costumam alcançar, historicamente, os maiores índices (Figura 1).

As dimensões são gigantescas e, mesmo que o governo tente abafar o caso, se visitarmos as imagens do sítio MAPBiomos<sup>3</sup> ou “sobrevoarmos” as imagens disponíveis no Google Earth (Figura 2), verificaremos o crescimento das chamadas “espinhas de peixe”, com áreas abertas na floresta desmatadas ao longo de rodovias, principalmente nos estados como Mato Grosso, Pará e Rondônia. Os sinais de enclaves de desflorestamento estão por todos os lados, denotando uma forma descontrolada na ocupação. Rondônia já possui mais de 50% de seu território desmatado, na malha de estradas, caminhos e picadas, visíveis na imagem. O estado com maiores extensões de



florestas contínuas é o Amazonas, mas sofre com ameaças de retomada de estradas, no velho modo de ocupação, como a BR 319, Porto Velho-Manaus.

O ápice da crise, de repercussão internacional, desencadeou-se a partir das declarações coléricas do presidente Jair Bolsonaro, alinhado a ataques anteriores de parte do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, os quais consideraram mentiras os dados relativos às queimadas, divulgados pelo Inpe. O governo alegou também que “foi pego de surpresa” pelo anúncio “alarmista” das queimadas. Na sequência, o presidente tentou desqualificar o diretor do Instituto, o físico Ricardo Galvão, acusando-o, sem provas, de estar a serviço de ONGs. O então diretor contestou as acusações de forma dura, tendo sido demitido pelo governo dias após as críticas de Bolsonaro. Apesar das acusações, tanto o presidente como seu ministro não souberam apresentar nenhuma informação que contestasse os dados do Inpe. Por outro lado, Ricardo Galvão admitiu que havia informado o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) sobre a situação crescente de queimadas e desmatamentos, desde o início do ano, mas não obtinha retorno nem providências de parte do Ministério de Meio Ambiente<sup>4</sup>.

O ministro Ricardo Salles, condenado em primeira instância por improbidade administrativa quando secretário de Meio Ambiente do estado de São Paulo, tentou a todo momento também desqualificar o Inpe e a qualidade das informações referentes às imagens de satélite utilizadas pelo Instituto. Por várias vezes, declarou desejo de trazer empresas estrangeiras privadas para o monitoramento da Amazônia. Paralelamente, tentou implodir o Fundo Amazônia<sup>5</sup>, onde o Brasil havia recebido mais de R\$ 1 bilhão da Alemanha e da Noruega para projetos que fizessem frente ao desmatamento. E a forma de tratar o tema seguiu escabrosa. No dia 7 de setembro, em entrevista ao Wall Street Journal, a declaração foi: “A Amazônia não é um Zoológico”<sup>6</sup>.

O ministro Salles mostrou-se um dedicado operador da desconstrução das políticas de meio ambiente, pois chegou ao ponto de acabar com o Departamento de Florestas e Combate ao Desmatamento, onde justamente se cuidava da temática do fogo na Amazônia e em outros biomas. Como o Departamento foi extinto, não existe mais um gestor responsável por qualquer programa em nível estratégico. Por outro lado, o Ministério Público Federal (MPF), acionado por entidades ambientalistas, deu prazo de 30 dias para que o ministro demonstre “trabalhar pelo meio ambiente”<sup>7</sup>.

### Queimadas e desmatamentos estão associados

Uma das alegações utilizadas pelo governo federal, para minimizar a situação, foi tentar associar as queimadas a fenômenos normais nesta época do ano. Porém, não admitiu a evidência de que entre os dez municípios com maiores índices de desmatamento, sete deles estiveram com as maiores áreas de queimadas. As dez cidades com mais focos são responsáveis por 37% das queimadas em 2019 e por 43% do desmatamento registrado até o mês de julho. O destaque



Foto: Victor Moriyama / Greenpeace

ficou para Altamira, no Pará, onde foram registrados até quase 3.000 focos de incêndio na vegetação neste ano<sup>8</sup>. Altamira, é importante lembrar, é o município onde se encontra a recente e desastrosa hidrelétrica de Belo Monte. Nesse município, já se havia alertado para o crescimento do desmatamento associado à pressão migratória e à segunda maior hidrelétrica do Brasil. O maior desflorestamento na região incluiu atividades irregulares em áreas indígenas e unidades de conservação<sup>9</sup>. Entre maio e junho de 2019, o desmatamento, mesmo em áreas de unidades de conservação na bacia do Rio Xingu, nos estados do Pará e Mato Grosso, cresceu 44,7% em comparação com o mesmo período do ano anterior. A situação de descaso é tal que Altamira, o município com maior desmatamento, só possui 3 fiscais do Ibama.

Nesta guerra por informações, cabe destacar que o desmatamento também é monitorado por movimentos socioambientais. A Rede Xingu+ divulga o Sirad X, boletim publicado a cada dois meses e que compõe 24 organizações ambientalistas e indígenas. O sistema, além de compilar imagens de satélite, utiliza radares que permitem detectar o desmatamento, mesmo em períodos chuvosos<sup>10</sup>.

Diante da má repercussão internacional referente aos incêndios sem controle na região, situação que provocou o recuo de comércio de produtos brasileiros, inclusive empresas estrangeiras compradoras de couro, Bolsonaro agravou ainda mais a crise dirigindo-se de forma ofensiva aos chefes dos governos da Alemanha, França e Noruega, que demonstraram preocupação com a Amazônia. O presidente chegou a alegar “soberania” para contestar a preocupação mundial com a Amazônia. E não deixou de aumentar o tom contra povos indígenas e ambientalistas, que supostamente estariam alinhados a interesses estrangeiros. Segundo declarações suas, as ONGs seriam “provavelmente” as maiores responsáveis pelas queimadas<sup>11</sup>. Entre

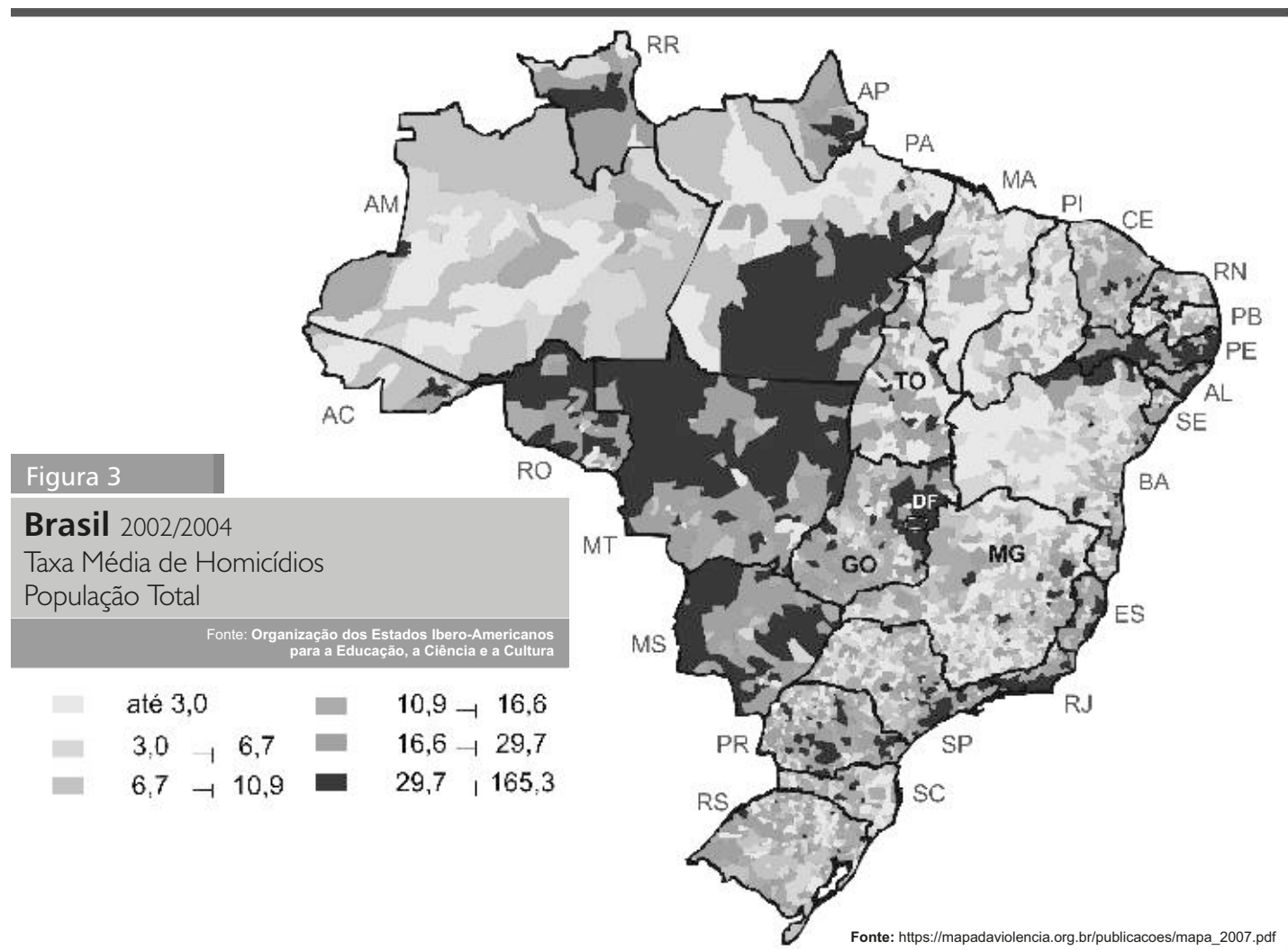


outros absurdos, além de cortar as verbas do Ministério do Meio Ambiente, alegando falta de recursos, o governo declarou que não precisava de doações de dinheiro de parte da Alemanha e da França para o combate ao desmatamento e a projetos ambientais sustentáveis para a Amazônia.

O problema da ocupação desastrosa da Amazônia e suas inter-relações não é de agora. A dimensão do problema põe a nu uma forma de cobiça extrema, em grande parte por setores informais ou formais do agronegócio que vêm ganhando espaço no modelo perverso de ocupação da região. Há alguns anos, pode-se verificar que os índices de assassinatos e os índices de desmatamentos estavam associados. Para ilustrar a convergência entre essas duas situações, observamos que os índices de homicídios relacionados à expansão da fronteira agrícola da Amazônia brasileira na década passada, conforme o relatório “Mapa da Violência no Brasil”, publicado pela Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI)<sup>12</sup>,

demonstravam que entre os dez municípios brasileiros com as mais elevadas taxas relativas de homicídios (a cada 100.000 habitantes), sete faziam parte da região do Arco do Desmatamento da Amazônia ou da Região Centro-Oeste (Figura 3). Entre os mais de 5,5 mil municípios do país, Colniza (MT) apresentou a maior taxa, com 163 homicídios/100.000 habitantes, seguido por outros dois municípios do Norte e Centro-Oeste. O estado de Mato Grosso foi o maior responsável pelo número recorde de 26.130 km<sup>2</sup> de desmatamento da Amazônia, entre agosto de 2003 e agosto de 2004.

Coincidentemente ou não, o Banco Mundial, por intermédio da Corporação Financeira Internacional (CFI-Bird), realizou empréstimos no mesmo período para a expansão da atividade da sojicultura à empresa do maior produtor daquele estado, Blairo Maggi, desconsiderando os riscos ambientais do ato<sup>13</sup>. Ironicamente, Maggi, o ex-governador do MT e ex-ministro da Agricultura do governo Temer, e Katia Abreu, também ex-ministra da pasta e ex-presidente da



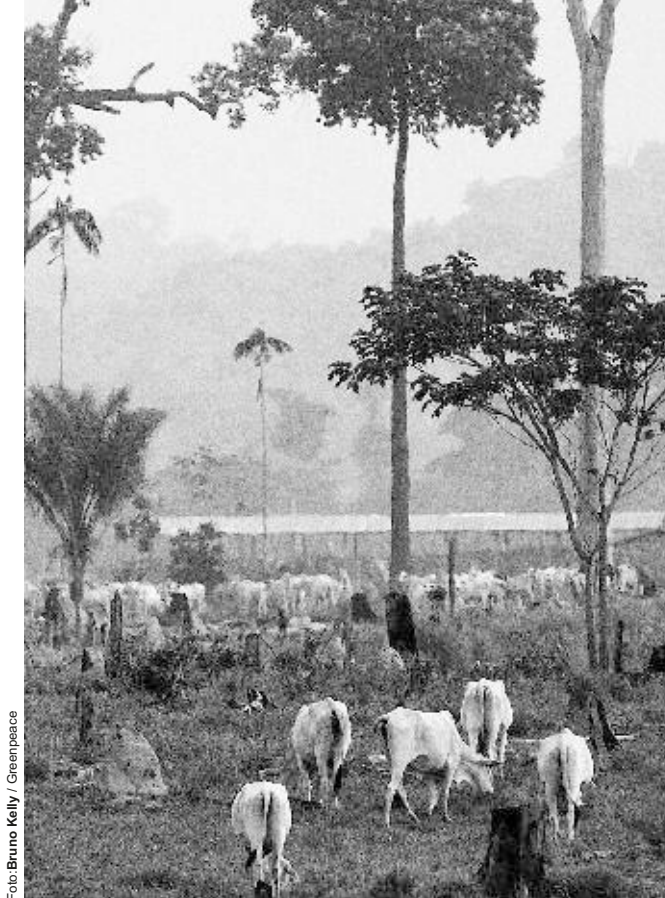


Confederação Nacional da Agricultura (CNA), declararam-se preocupados com as declarações de Bolsonaro e com sua política de extremo desdém à questão ambiental. Esta situação acabou comprometendo também a imagem do agronegócio, que tenta se livrar do fardo de ter apoiado o atual presidente e do risco de perder negócios com países importadores que cobram compromissos ambientais do Brasil, inclusive com o Acordo de Paris.

Mas, parece que estamos longe de uma solução a curto ou médio prazos. Na recorrente forma espasmódica de reação às crises no Brasil, o presidente mandou tropas com milhares de soldados para a Amazônia para debelar o fogo, contudo, sem nenhum plano estratégico efetivo para a região. Em vez de fortalecer o Ibama e o ICMBio e desenvolver um plano mais duradouro de conservação e uso sustentável de seus recursos naturais para o bioma amazônico, por lei e pelos direitos humanos de povos indígenas, comunidades tradicionais e demais moradores, vimos a hegemonia de ruralistas no governo e que defendem o modelo de expansão capitalista de rapina ameaçando não só o bioma, mas também a própria economia brasileira. Entre as ações de ataques contra o meio ambiente, chamaram a atenção os episódios de incêndios criminosos sobre agências do Ibama, em Humaitá (AM), e a queima de um caminhão-tanque que iria fornecer combustível para aeronaves de fiscalização do órgão no estado de Rondônia<sup>14</sup>, sem nenhuma reação visível de parte dos órgãos governamentais. Ao contrário, a ordem é fechar as agências do Ibama nas áreas conflagradas.

Se o modelo de ocupação da região seguir do jeito que está, não teremos saída. E as irregularidades na forma de uso e ocupação da terra são flagrantes. O estado de Roraima é o segundo maior exportador de ouro, porém nenhuma mina está regularizada. A atividade do garimpo, que vem destruindo com florestas, rios e áreas indígenas, teve declarações de apoio por parte do presidente, inclusive defendendo a mineração supostamente legal em terras indígenas. Para que consiga avaliar o problema, deve-se diagnosticar, quem sabe via judicial, as consequências da transformação de florestas para uso em pastagens ou soja, além da mineração, associadas em parte à grilagem ou outra forma de conquista irregular de terras, principalmente para grandes proprietários ou grandes empresas e a infraestrutura que vem sendo construída para isso.

Cabe destacar que as políticas de financiamento também promovem o avanço do agronegócio depredador sobre a Amazônia. O estado de Rondônia, em áreas desmatadas em plena Amazônia, já possui maior número de cabeças de gado bovino (11 milhões) do que o Rio Grande do Sul. E a Friboi, que recebeu financiamento do Banco do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), está lá. Enquanto isso, os campos nativos para o gado também tiveram incentivos de recursos do BNDES para grandes empresas de celulose expandirem o plantio de extensas monoculturas arbóreas (silvicultura) sobre os campos sulinos. Melhor dizendo, desmatar para plantar capim para o gado e plantar árvores em campo nativo consti-



tuem-se em um “bom negócio”. A infraestrutura, neste modelo, portanto, representa incremento à degradação.

### Desmatar é um bom negócio

A contradição maior é o fato de que a terra desmatada para pastagem vale mais do que a com floresta. Importante lembrar que pouco mudaram as políticas de “desenvolvimento” para a Amazônia, desde o período militar. Muito ilustrativa foi a inauguração de um trecho inicial da Transamazônica, em 1970, por parte do então presidente (de fato), o general Garrastazu Médici. Este participou de ato da solene derrubada da maior castanheira da região (50 m), onde seria inaugurada a Transamazônica, na chamada “arrancada para conquistar o gigantesco mundo verde”<sup>15</sup>. Era o Plano de Integração Nacional, “integrar para não entregar”. A válvula de escape para os conflitos no campo foi o incentivo de ocupação de espaços “vazios”, por assentados, inclusive em territórios indígenas ou áreas impróprias, nas regiões Norte e Centro-Oeste. Infelizmente, até as últimas décadas o modelo de derrubada não foi muito diferente. Mas, agora temos o agravante da Crise Climática sobre a vida no planeta, e a Amazônia tem seu papel de regulador climático sob risco iminente.

Talvez, poucos saibam que a Amazônia é Patrimônio Nacional, incluído no artigo 225 da Constituição Federal de 1988. Além disso, já que abriga a maior floresta tropical do mundo, e a própria Constituição define a obrigação do poder público em impedir que se provoque a extinção de espécies, assegurando o papel social da propriedade e a garantia da defesa da diversidade biológica e dos processos ecológicos.

Recentemente, descobriu-se o papel da Floresta Amazônica na regulação climática e na contribuição das chuvas locais e também das regiões sul e sudeste do Brasil. Nos últimos anos, ademais, vem chamando a atenção a perda de muitos bilhões de reais anualmente pelo Brasil, via biopirataria (roubo de nossas espécies ou produtos patenteados lá fora) por parte de países do Hemisfério Norte ou da Ásia dos produtos de nossa biodiversidade, em especial da Amazônia.

Segundo o climatologista Carlos Nobre, que também atuou no Inpe, que fala no ponto de não retorno, caso a temperatura na Região Amazônica cresça mais que 4°C e o desmatamento atinja 40% da cobertura vegetal, grandes extensões da Floresta Amazônica poderão se transformar em savana, como já vem ocorrendo, e a floresta entraria em um processo degenerativo irreversível pela perda da umidade e das chuvas geradas pela formação de nuvens originadas pela evapotranspiração da floresta. Ou seja, eliminaríamos os “Rios Voadores”, que também fornecem chuvas para a Região Sul e Sudeste do Brasil. Sem florestas, as chuvas diminuiriam e teríamos maior elevação de gás carbônico na atmosfera, em um círculo vicioso, antevendo-se um colapso de grande magnitude, com consequências inimagináveis, como secas de rios, atmosfera mais seca, desaparecimento da biodiversidade, inviabilidade de desenvolvimento de atividades de subsistência ou mesmo econômicas para as comunidades tradicionais diversas da região.

Da mesma forma, segue o alerta do ecólogo Philip Fearnside, pesquisador norte-americano que atua há quase quatro décadas no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), que destaca o papel da Amazônia no equilíbrio climático: “Se a floresta tomar, nós vamos juntos”, criticando a “agenda da morte”, atualmente sob o comando de Bolsonaro<sup>16</sup>.

### É necessário estancar a agenda de retrocessos e destruição

As questões de fundo, as quais não são tratadas na grande mídia, deveriam abordar o papel da floresta, em suas funções ecológico-econômicas (chamadas de serviços ambientais) e seu potencial de uso de maneira sustentável, principalmente por meio de produtos florestais não madeiráveis, como frutas, castanhas, fibras, fármacos e produtos industriais, como a borracha, além de cosméticos e outros produtos, onde os ganhos se dão pela agregação de valores aos produtos (Figura 4). O açaí, o babaçu, a pupunha, o buriti, o pequi, a castanha-do-Pará, o guaraná e outras dezenas ou centenas de produtos valem mais do que o gado, a soja ou minérios exportados brutos e que não pagam impostos (Lei Kandir).

O imediatismo da bancada ruralista e de outros grupos conservadores se alimenta da mentira do cotidiano: a floresta que atrapalha o progresso. Nesta noção equivocada de que é antieconômico manter a floresta em pé, inclusive a Reserva Legal (80% na Amazônia), que pode ser produtiva na floresta em pé, seguem vários projetos de retrocessos na legislação ambiental. Destaca-se aqui a proposta do

senador Flávio Bolsonaro, filho do presidente, que encabeça um Projeto de Lei<sup>17</sup> que derruba a exigência de Reserva Legal nas propriedades, contradizendo a própria função social da propriedade.

Como solução para esta situação? Se é que existem, pelo menos que o governo obedeça à Constituição, tenha a humildade de reconhecer seus erros, incluindo o direito dos povos indígenas e das comunidades tradicionais na Amazônia, colocando um ministro preparado, sério e probo na pasta de Meio Ambiente. Admitir que o rumo do conflito interno e externo com países que poderiam colaborar com o Brasil deve ser interrompido. E reconhecer que assédio moral sobre os técnicos da área ambiental é crime. Por que não sentar à mesa e escutar o que dizem indígenas, comunidades tradicionais, técnicos, cientistas, ambientalistas, políticos e empresários sérios para montar uma agenda que, pelo menos, estanque este processo alucinante de degradação e ocupação sobre a Amazônia? E manter o Inpe realizando seu monitoramento do desmatamento, inclusive o Programa Deter, o qual consiste em levantamento rápido de alertas de evidências quanto à alteração da cobertura florestal na Amazônia, para que o Ibama e o ICMBio atuem de maneira fortalecida, conforme sugestões dos técnicos<sup>18</sup>, sem o atual cerceamento deliberado que induz à prevaricação de cima para baixo.

### Nota

1. Biólogo, Mestre em Botânica pela Ufrgs e Doutor em Ecologia e Recursos Naturais pela UFSCar. Desenvolve projetos de pesquisa e extensão na área do papel estratégico da flora nativa e das políticas públicas em biodiversidade, atuando em conselhos de meio ambiente.

### Referências

2. <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2019/09/03/inpe-fogo-queimou-area-de-34-mi-campos-de-futebol-na-amazonia-em-agosto.htm>
3. <http://mapbiomas.org>
4. <https://oglobo.globo.com/sociedade/diretor-demitido-do-inpe-diz-que-nao-conseguia-falar-com-ibama-para-alerar-sobre-desmatamento-23852267>
5. <https://www.oeco.org.br/reportagens/por-que-afinal-noruega-e-alemanha-doam-recursos-para-o-brasil-o-fundo-amazonia-em-10-perguntas-e-respostas/>
6. <https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,ricardo-salles-diz-em-entrevista-ao-wsj-que-amazonia-nao-e- apenas-um-zoologico,70003000929>
7. [https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2019/09/mpf-da-30-dias-para-ricardo-salles-passar-a-trabalhar-pelo-meio-ambiente/?fbclid=IwAR17xNDQrJ-kYtY1aTbF\\_-G43SVLGy84AcRveJWJD3qC78hEaYiBfwcSTM](https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2019/09/mpf-da-30-dias-para-ricardo-salles-passar-a-trabalhar-pelo-meio-ambiente/?fbclid=IwAR17xNDQrJ-kYtY1aTbF_-G43SVLGy84AcRveJWJD3qC78hEaYiBfwcSTM)
8. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49443561>
9. <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/desmatamento-cresce-32-nas-terras-indigenas-da-amazonia-brasileira-aponta-isa>
10. <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2019/08/02/desmatamento-cresce-no-xingu-um-dos-ultimos-escudos-da-amazonia.htm>
11. <https://catracalivre.com.br/cidadania/bolsonaro-acusa-ongs-de-estarem-por-tras-das-queimadas-na-amazonia>
12. WAISELFISZ, J. J. Mapa da violência no Brasil. Brasília: OEI - Organização dos Estados Iberoamericanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2007. Disponível em [http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/mapa\\_da\\_violencia\\_baixa1.pdf](http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/mapa_da_violencia_baixa1.pdf). Acesso em 9 de set. 2019.
13. <http://www.rbrasil.org.br>, Informe RB nº 03/2004, com o título “Novo empréstimo exhibe múltiplos tentáculos do Banco Mundial” p. 147.
14. <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2019/07/04/caminhao-tanque-do-ibama-e-incendiado-por-pessoas-ligadas-a-madeireiros-em-ro.ghtml>
15. [http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil\\_10Out1970.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_10Out1970.htm)
16. <https://exame.abril.com.br/brasil/vozes-pela-amazonia-se-a-floresta-tomar-nos-vamos-juntos-diz-ecologo/>
17. <https://oglobo.globo.com/sociedade/projeto-de-flavio-bolsonaro-quer-acabar-com-reserva-legal-em-propriedades-rurais-23608474>
18. <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/08/26/em-carta-aberta-servidores-do-ibama-listam-medidas-para-impedir-colapso-da-gestao-ambiental-federal.ghtml>

## NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ENSAIOS

- **Os artigos técnico-científicos deverão versar sobre o professor** e o mundo da escola privada, a institucionalidade educacional e sua dinâmica política e gerencial.
- **Os ensaios deverão versar sobre pesquisa científica realizada** por professores, em diferentes áreas da ciência.
- **No caso de artigos técnico-científicos, os originais deverão ter** um mínimo de 4 páginas (7 mil caracteres) e no máximo 6 páginas (12 mil caracteres).
- **No caso de ensaios científicos, os originais deverão ter no** mínimo 8 páginas (22.200 caracteres) e no máximo 12 páginas (28.800 caracteres).
- **O texto deverá ser precedido do título, do nome e da titulação** principal do autor, um resumo de aproximadamente 8 linhas, compreendendo os conceitos e as conclusões principais do artigo e palavras-chave do texto.
- **Ao texto deverá ser anexada ficha, incluindo telefone, e-mail,** endereço e um currículo abreviado do autor.
- **As referências bibliográficas deverão ser colocadas no final do** artigo e obedecerão à ordem alfabética, em conformidade com a norma NBR-6023 da ABNT.
- **A citação (NB-896), no corpo do texto, deverá aparecer entre** aspas, sugerindo-se o nome do autor ou autores, data da publicação e o número da página referenciada entre parênteses, separados por vírgula.
- **Eventuais gráficos, tabelas e outros elementos gráficos** podem constar no texto para referência, mas as artes originais devem ser enviadas em separado e nos formatos em que foram geradas.
- **Os trabalhos enviados serão apreciados pela Comissão** Editorial e por especialistas. O autor receberá comunicação relativa aos pareceres emitidos.
- **A Revista Textual permite-se fazer pequenas alterações no** texto: no caso de modificações substanciais, elas serão sugeridas ao autor, que providenciará a devida revisão.
- **A Revista Textual não se responsabiliza pelos conceitos** emitidos em matéria assinada a que dê publicação.
- **Os ensaios e artigos devem ser enviados** por e-mail (textual@sinprors.org.br) no formato .doc gerados a partir do editor de texto Microsoft Word ou equivalente.
- **Os direitos autorais dos artigos ficam reservados ao Sindicato** dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, condicionando-se sua reprodução integral à autorização expressa e as citações eventuais à obrigatoriedade de citação da autoria e da Revista Textual.
- **Em princípio, não são aceitas colaborações que já tenham sido** publicadas em outras revistas brasileiras ou estrangeiras.
- **Fotos que acompanham artigos ou ensaios devem ser** fornecidas com tamanho mínimo de 21 cm de largura com resolução de 300 dpi.

**textual**  
R E V I S T A

### Revista Textual

Av. João Pessoa, 919 – Porto Alegre - RS – CEP 90040-000

Fone: (51) 4009.2980 – e-mail: textual@sinprors.org.br

www.sinprors.org.br/textual



[facebook.com/SinproRS](https://facebook.com/SinproRS)



[twitter.com/SinproRS](https://twitter.com/SinproRS)



[youtube.com/SinproRS](https://youtube.com/SinproRS)